



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas – IH**  
**Departamento de Serviço Social – SER**

**DHÉBORA CAROLINE MARQUES**

**INSERÇÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO  
TUTORIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

**BRASÍLIA- DF 2018**

**DHÉBORA CAROLINE MARQUES**

**INSERÇÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO  
TUTORIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de bacharel em Serviço social, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Lucélia Luiz Pereira.

**BRASÍLIA - DF 2018**

**INSERÇÃO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO  
TUTORIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Dhébora Caroline Marques.

---

Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira (Orientadora)  
Departamento de Serviço Social

---

Profa. Dra. Miriam de Souza Leão Albuquerque (Examinadora Interna)  
Departamento de Serviço Social

---

Débora Oliveira Ramos – Mestranda do Programa de Pós-Graduação  
em Política Social (Examinadora Interna)

Brasília, 12 de setembro de 2018.

**Dedico este trabalho à minha avó, Antônia Ferreira da Costa (*in memoriam*), que mesmo tendo partido deixou seu legado de amor e resistência nesta terra, continuando presente em meu coração e minha mente.**

## AGRADECIMENTOS

Aos tantos homens e mulheres negros que vieram antes de mim e resistindo contra toda opressão e pagamento de seus corpos e identidades, construíram as bases do hoje para muitos homens e mulheres negras como eu olharem para história viva do nosso povo e reunir forças para combater as correntes que hoje nos prendem.

À minha família, meu quilombo, que existem e resistem nesse mundo por nós e por todos os que hão de vir.

Meu eterno agradecimento e amor à minha mãe, Emília, por nunca desistir de mim, por me amar incondicionalmente e por ser o meu exemplo de vida. Sua história me recorda todos os dias a não me curvar frente às dificuldades da vida e a manter sempre a serenidade. Irei guardar pra sempre o seu ensinamento de enxergar o melhor em cada situação, por mais dolorosa que ela seja.

Aos meus irmãos, Dudu, Lorena e Saulo por serem a alegria da minha vida! É por vocês que eu luto todos os dias. Por vocês eu nunca desisto. Vocês são meu alicerce.

Agradeço à minha avó Antônia (*in memoriam*) pelo amor nunca ausente e por ensinar a ter fé até o último suspiro.

Ao meu avó, Barnabé, pelo carinho e esforço árduo, que de sol a sol, nunca deixou nada me faltar.

Minha gratidão aos meus amados tios da família Marques: Seuza, Waldir, Dora, Valdemir, Fátima, Valmir, Bete (tia Bá), Marcos, Kelly. À vocês, todo meu respeito e carinho. Sem vocês eu não seria metade da mulher que sou hoje e com vocês aprendi a ultrapassar as barreiras do impossível. Vocês são a prova de que o amor supera todas as divergências que possamos ter uns com os outros. Aqui, gostaria de fazer um agradecimento especial à tia Fátima e ao tio Valdemir e família por proporcionarem a minha estada em Brasília nos primeiros e mais difíceis meses e por não pouparem esforços para a minha entrada e permanência na UnB.

Gratidão pelos lindos encontros que tia Maria e Lucas me proporcionaram. Sou muito feliz por tê-los conhecido nesta vida.

Aos meus queridos primos com os quais divido minhas alegrias e as melhores brincadeiras. Estarei sempre aqui para vocês.

Aos meus amigos do Piauí, que apesar da distância estão sempre presentes.

Nossos encontros me relembram que os laços que nos unem superam a distância e o passar dos anos.

Gratidão aos amigos de Brasília! Viver aqui ficou mais leve com vocês na minha vida. Dentre eles, ressalto a importância de Arthur em minha vida. Obrigada por ser tão generoso, dedicado, parceiro e por fazer as melhores sobremesas.

Apesar de serem poucas linhas, meus agradecimentos e amor à você, as superam e tende ao infinito. Mas preciso deixar registrado aqui, meu agradecimento à você, Esmeralda, minha companheira e que está ao meu lado diariamente, nos melhores e piores momentos. Você me fortalece! Obrigada pelo seu amor e paciência.

Não poderia deixar de agradecer à professora Lucélia, que me orientou com muita paciência e dedicação em todo esse árduo processo de escrita e foi a ponte que me conectou ao conhecimento e reflexão a cerca da temática étnico-racial no Serviço Social.

À professora Miriam, que além de minha tutora no PET, aceitou o convite como avaliadora deste trabalho, assim como Débora (Obirin), por ser resistência e se dedicar à luta antirracista pela contribuição teórica no Departamento de Serviço Social da UnB.

Meus agradecimentos ao PET de Serviço Social e aos tutores e petianos que comigo lá conviveram. Obrigada por todo conhecimento construído e compartilhado. Obrigada por ser o espaço que me ensinou a trabalhar em grupo e dividir para somar.

Ao curso de graduação de Serviço Social que fomentou a cientificidade e olhar crítico para questões da sociedade que antes não percebia. Nesse processo de formação cresci como ser humano também e tenho ciência que para a caverna da alienação não retornarei.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a “Inserção da questão étnico-racial no Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Brasília”, a partir do estudo das Atas das reuniões, Planejamentos anuais e Relatório das atividades, produzidos de 1996 até 2017. Os procedimentos metodológicos ocorreram a partir do levantamento documental produzido pelo PET nos últimos 21 anos, bem como pela identificação da temática étnico-racial nas ações de ensino, pesquisa e extensão constantes nos documentos referidos acima, e articulando a inserção desse debate com os eixos-temáticos que orientaram as atividades do PET em cada período. Pela análise de 7 Atas de reunião, 12 Planejamento anuais e 9 Relatórios de atividades do PET/SER, apurou-se que o grupo incluiu a questão étnico-racial em um total de 14 ações, nos anos de 1999, 2000, 2013, 2016 e 2017, sendo os dois últimos anos o período no qual houve maior inserção da temática. Constatou-se que a inclusão da temática étnico-racial nas ações do PET de Serviço Social da UnB estão à margem das outras temáticas desenvolvidas no Programa, porém, mesmo com baixa inserção, colaboraram para a formação dos discentes vinculados ao Programa.

**Palavras-chave:** Étnico-racial; Programa de Educação Tutorial; Serviço Social.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis discusses the "Insertion of the ethnic-racial issue in the Tutorial Education Program (PET) of the Graduate Program in Social Work in the University of Brasilia", based on the study of the Meeting Minutes, Annual Plans, and Activities Reports, produced from 1996 to 2017. The methodological procedures took place based on the documentary survey produced by the PET in the last 21 years, as well as the identification of ethnic-racial themes in the teaching, research and extension actions included in the documents and articulation of the insertion of this debate with the central themes that guided PET activities in each period. Through the analysis of 7 meeting minutes, 12 annual planning and 9 PET / SER activity reports, it was found that the group included the ethnic-racial question in a total of 14 actions, in the years 1999, 2000, 2013, 2016 and 2017, the last two years being the period in which the theme was more closely integrated. It was verified that the inclusion of the ethnic-racial themes in the actions of PET of the Graduate Program in Social Work in the University of Brasilia are in the margin of the other themes developed in the Program, but, even with low insertion, they collaborated to the formation of the students linked with the Program.

**Keywords:** Ethnic-racial; Tutorial Education Program (PET); Social Work.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - O NEGRO E O LEGADO DA COLONIALIDADE PARA O SER E SABER.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 As im-possibilidades do existir negro na colonização.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 Afronte: breve histórico da resistência negra no Brasil.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 A proposta decolonial como premissa para a (re) construção do saber.....</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO II – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM ELO CRUCIAL PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 As bases para a construção de um Serviço Social anti-racista.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 A importância do Programa de Educação Tutorial para a formação dos discentes em Serviço Social: um olhar para o PET de Serviço Social da Universidade de Brasília.....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO III - O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL.....</b>	<b>42</b>
<b>3.1 Metodologia da coleta de dados.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1.1 Identificação da presença da temática étnico-racial nos Planejamentos Anuais, Relatórios de Atividades e Atas de Reunião.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1.2 Caracterização da natureza e do tipo de atividade.....</b>	<b>44</b>
<b>3.1.3 Correlação com o eixo-temático.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2 Ensino, pesquisa e extensão – os pilares do Programa de Educação Tutorial.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.1 Ensino: .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.2 Pesquisa:.....</b>	<b>46</b>
<b>3.2.3 Extensão: .....</b>	<b>46</b>
<b>3.3 Análise dos resultados.....</b>	<b>47</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso dedica - se a estudar a inserção da questão étnico-racial no Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Brasília (PET/SER - UnB). A proximidade e eleição deste tema realizou-se primeiro pela experiência de viver em uma sociedade racista enquanto mulher negra; segundo, pela vivência no grupo PET/SER que constitui um Programa com enorme potencial aperfeiçoador do modelo de formação dos cursos de graduação e da intervenção universitária na sociedade.

O estudo da raça e etnia no Brasil e nas nações nas quais houve exploração do povo negro com base em uma hierarquia racial, demanda a reconstituição histórica de seus pressupostos, a fim de compreender as implicações da relação divergente entre brancos e negros, exploradores e explorados para a formação e o desenvolvimento de uma sociedade excludente materialmente, culturalmente e epistemologicamente.

O ambiente universitário nas sociedades ocidentais é o espaço de primazia da formulação do conhecimento científico e, portanto, onde é validado. Por isso, também consiste em um universo no qual a disputa por poder, e aqui me refiro ao poder científico de teorizar sobre si e sobre outros, é travada para a conquista da hegemonia epistemológica e também ontológica. Nesse contexto, o Programa de Educação Tutorial, cuja filosofia aponta para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com vistas a proporcionar uma formação ampla e qualificada ao discente vinculado ao Programa, se insere como âmbito propício para o desenvolvimento e aprofundamento da questão étnico-racial, posto que esta permeia as relações sociais, tornando-se a chave que revela os processos de exclusão dos não-brancos na sociedade brasileira.

O que se coloca como questionamento deste trabalho é em que medida o PET de Serviço Social da UnB, no decurso dos seus vinte e um anos de estabelecimento no SER, contribuiu para o debate da questão étnico-racial na formação do/da petiano/a discente de Serviço Social da Universidade de Brasília. É importante salientar que o PET, como previsto nas disposições do seu Manual de Orientações Básicas (2006) pode desenvolver temas para além dos comumente dispostos no currículo do curso de graduação do aluno-bolsista e não-bolsista do PET, ou transversalizá-los, mas sempre destinando-se ao aperfeiçoamento da

formação.

Em nome disso, a hipótese norteadora foi de que a inserção do debate étnico-racial nas ações de ensino, pesquisa e extensão do PET de Serviço Social se ampliou gradualmente ao longo dos anos analisados neste Trabalho, e contribuiu para a formação dos/as estudantes. Entretanto, a temática ainda é marginal do ponto de vista numérico, se comparado às outras temáticas desenvolvidas no Programa.

Destarte, este trabalho objetivou analisar a incorporação da questão étnico-racial nas ações do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UnB desde sua implantação - de 1996 até 2017 (21 anos). Para isso, foi necessário: 1) mapear a presença da questão étnico-racial nas atividades existentes nos Planejamentos e Relatórios Anuais do PET/SER, compreendendo as três grandes áreas de trabalho: ensino, pesquisa e extensão; 2) identificar a implementação da temática étnico/racial nas atividades e projetos do PET/SER – UnB, a partir do estudo das Atas de Reunião e dos Relatórios por Atividade; 3) sistematizar as ações realizadas pelo PET/SER relacionadas à temática étnico/racial nos 21 anos de implementação do Programa no SER, com base no cruzamento das informações obtidas nos relatórios e atas; 4) caracterizar as ações implementadas a partir das áreas de trabalho: ensino, pesquisa e extensão.

A inserção de raça e etnia como eixos de estudo do Serviço Social brasileiro é mais do que cumprir uma obrigação legal; consiste em assumir um compromisso ético e político com a luta antirracista que se trava desde a introdução forçada da população africana nessas terras. Significa ainda reconhecer a questão étnico-racial como demanda que se metamorfoseia ao longo da história e transversaliza os diversos âmbitos da vida social e da própria história do Serviço Social. Dessa forma, a importância do estudo dessa questão se justifica para o Serviço Social e para o PET que dele faz parte, uma vez que a questão étnico-racial cerca o cotidiano profissional e portanto, também é objeto de pesquisa e intervenção profissional na realidade, enquanto houver reverberações do racismo.

## **METODOLOGIA**

O método utilizado nesta pesquisa tem aporte na teoria social de Marx que fomenta a apreensão da realidade social ou nas palavras de Netto (2011, p.21) “a reprodução

*ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*”. A apreensão do objeto requer o conhecimento de sua essência (estrutura e dinamicidade), sem qualquer interferência tendenciosa do sujeito pesquisador. É, portanto, pela teoria que o pesquisador reproduz em seu pensamento esse conhecimento (idem). O *ideal*, nesse contexto, é o campo do pensamento onde o concreto (o real) é “transposto” e “interpretado” pelo sujeito (MARX, 1968, p. 16 *apud* NETTO, 2011, p. 21).

À vista disso, o método empregado pelo pesquisador para alcançar a essência do objeto necessita partir da aparência, onde se germina o conhecimento (ibid., p. 22). No percurso de apreensão da essência do objeto é fundamental que o pesquisador o compreenda como processo. Pela especificidade do objeto de pesquisa de Marx - a sociedade burguesa - oriunda de uma inter-relação social, o objeto estudado e o sujeito que pesquisa estão envolvidos no processo de teorização do conhecimento. Por essa razão, a pesquisa social não está isenta de neutralidade.

Marx registra que o papel do pesquisador na assimilação do conhecimento acerca do objeto deve ser dinâmico e eficaz e carece de *“apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas”* (MARX, 1968, p. 16 *apud* NETTO, 2011, p. 25). Essa ação deve ser propiciada pelo esforço do pesquisador em apurar sistematicamente o objeto, ou seja, criticá-lo e revisá-lo com criatividade e imaginação (id.).

Dessa forma, aportando-se no método marxista, a pesquisa sobre a inserção da questão étnico-racial nas ações do PET/SER neste Trabalho, foi feita pela análise bibliográfica de documentos que descreveram as ações do PET de 1996 à 2017 e, portanto, revelam também sua história. A coleta de dados foi feita através da leitura e análise de 12 (doze) Planejamentos anuais, 9 (nove) Relatórios de atividades e 7 (sete) Atas de reuniões. A sistematização dos dados partiu da identificação da questão étnico-racial nos documentos referidos acima, pela caracterização da natureza (se foi de ensino, pesquisa ou extensão) e do tipo de atividade (exibição de filmes, pesquisa, seminários, etc), além de relacionar a temática estudada com o eixo-temático do período, ou seja, a qual tema norteador o estudo da raça e etnia esteve vinculado ou mesmo para averiguar se o eixo étnico-racial foi o cerne das ações do PET/SER em determinado período.

Este Trabalho de Conclusão de Curso, para além desta introdução, divide-se

em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a construção dos conceitos de raça, racismo e etnia e recapitula o movimento de resistência da população negra frente ao processo de apagamento de sua identidade e epistemologia engendrado pelo processo de colonização no período escravocrata, reconfigurado mais adiante pela estrutura moderno/colonial. O segundo capítulo traz, por meio do percurso histórico, os aspectos fundamentais da formação profissional em Serviço Social que permitiram a introdução da temática étnico-racial como eixo de estudo e intervenção do conjunto profissional, assim como a importância do Programa de Educação Tutorial para o desenvolvimento da referida temática na formação dos discentes do curso de graduação em Serviço Social da UnB que são vinculados ao Programa. No terceiro capítulo, encontramos o levantamento e sistematização da temática étnico-racial nas ações do PET/SER - UnB, através do cruzamento dos dados obtidos pela leitura e análise das Atas das reuniões, Planejamentos anuais e Relatório das atividades. Por fim, seguem-se as considerações finais.

## CAPÍTULO I - O NEGRO E O LEGADO DA COLONIALIDADE PARA O SER E SABER

### 1.1 As im-possibilidades do existir negro na colonização.

Com a abertura comercial proporcionada pelas grandes navegações entre os séculos XV e XVI, os europeus estenderam sua dominação territorial, econômica, política e cultural para os continentes Africano e Americano. Como resultado, extraíram dessas nações não só suas riquezas, mas também seu povo, que no caso dos africanos foram convertidos em mercadoria e traficados a nível intercontinental.

Dessa forma, o tráfico em África foi o maior responsável pela presença de negros no mundo. No Brasil, a população negra (pretos e pardos) representa mais de 50% do total da população, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 2015, ocupando assim o posto de país com a maior população negra do mundo fora do continente africano. A dispersão desse contingente populacional proporcionou o enriquecimento do mundo ocidental e sua consequente soberania ideológica em detrimento da submissão e desqualificação da população negra acarretada pelo tráfico escravista.

Durante a história da humanidade a escravidão, enquanto um regime de dominação de um povo ou pessoa sobre a outra, foi praticada por diversos povos e em diferentes situações sempre sob a égide fundamentada pelo dominador a partir de pretextos ideológicos, políticos, religiosos ou outros relativos ao sujeito dominado, ou seja, recai sobre o povo escravizado a culpa por sua situação de exploração.

Antes da diáspora africana, a escravização já fazia parte da realidade do povo europeu que traficavam e vendiam como escravos os prisioneiros resultantes de guerras entre etnias europeias. *“Durante séculos, as etnias da Europa Oriental e Central (e, sobretudo os eslavos, cujo nome deu origem à palavra “escravo”) forneceram escravos ao Oriente Médio e à África do Norte.”* (INIKORI, 2010, p. 92).

Portanto, os europeus também praticavam o processo de escravidão internamente, mas foi com a exploração de povos não europeus que a colonização, em especial a da África negra, instituiu a hegemonia do ocidentalismo europeu. Essa hegemonia cultural para se estabelecer, desumanizou e inferiorizou os saberes do outro a fim de provar sua superioridade e civilidade efetuando um apagamento dos traços culturais dos dominados. No entanto, a barbárie com que os europeus conduziram todo o desenvolvimento da ação colonial só demonstra a

desumanização destes, como se as características detestáveis em si fossem aplicados ao outro, no caso, os povos colonizados.

A máquina colonial, portanto, é uma faca de dois gumes com efeito prejudicial em ambos os lados, pois não somente desumaniza o colonizado, mas também bestializa o colonizador, visto que desperta neste a ganância, a violência e o sentimento de superioridade. Ela se encobriu do pseudo discurso civilizador e evangelizador para exaurir as riquezas de outras civilizações a fim de garantir o alargamento de sua economia. Como salienta Césaire (1978, p.25) acerca das sequelas da colonização:

“Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas”.

O tráfico de negros africanos para outros continentes já acontecia desde o século IX e perdurou por vários séculos mesmo que em número reduzido. Mais tarde, entre os séculos XVI e XIX o tráfico transatlântico deu outra dimensão à exportação de escravos, não só pela quantidade traficada anualmente, mas também por proporcionar um salto na economia europeia. Salto este, ensejado pela venda dessa força de trabalho e pelos lucros obtidos a partir da exploração da mão de obra escravizada o que propiciou o desenvolvimento de diversas colônias como, por exemplo, o Brasil.

O modo de produção baseado no escravismo, também chamado por Marx (1985) de pré-capitalista, contribuiu para o desenvolvimento da ordem econômica mundial, em especial, para elevar as condições de disputa dos países da Europa Ocidental pelo controle do comércio mundial. Os portugueses, os primeiros a iniciar o tráfico negreiro na costa do continente africano, foram seguidos por seus vizinhos espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e por outras nações europeias na pilhagem das riquezas de África.

Apesar do longo período de exploração empreendida pelos europeus, a espoliação no continente africano não aconteceu de forma passiva. Na verdade, todo o período colonial foi marcado por luta e resistência, apesar das barbáries acometidas à eles, nos diversos cantos do mundo nos quais os povos escravizados foram obrigados a ir. A resistência ocorreria tanto fisicamente quanto em forma de

organização política na tentativa da manutenção das identidades usurpadas pelo tráfico negreiro que propositalmente pulverizou em diferentes continentes várias etnias africanas. Flor do Nascimento (2014, p. 136), a partir do documentário “Orí” (1989) - Beatriz Nascimento -, reflete sobre as cruéis decorrências da diáspora africana:

“[...] *Orí* nos fala de uma luta que nasce da perda da imagem, da perda desta imagem da nossa terra - mãe, da terra onde nossos (as) ancestrais negros (as) nascem, vivem, dão sentido ao mundo e às suas experiências. A imagem desta terra - mãe é quebrada, partida, perdida. Muitas das pessoas africanas eram obrigadas a recusarem a lembrança dos lugares de origem, da vida pregressa, da vida de *origem*”.

Concomitante a isto, estavam os esforços europeus em desqualificar a existência do ser negro, em sua completude, utilizando-se do discurso religioso amplamente aceito na Europa de que os negros africanos seriam descendentes de Cam, um dos filhos de Noé e, portanto, amaldiçoados e condenados à escravidão. O dominador conseguia ampla aceitação de suas práticas por seus pares e até justificava o tratamento desumanizado que dispensavam aos povos escravizados uma vez que o europeu branco teria legalidade para dominar por ser um povo superior (HARRIS, 2010, p.136). Cabe ressaltar que a época, as justificativas a partir dos textos bíblicos tinham ampla aceitação nas sociedades europeias. Dessa forma, a Igreja Católica, aliada ao Estado fundamentavam a condução do sistema colonial opressor.

Até a descoberta do Novo Mundo (Américas), a teoria bíblica sobre a dispersão dos descendentes dos filhos de Noé - Sem Cam e Jafé - supostos responsáveis pelo povoamento da Ásia, África e Europa, respectivamente, era incontestável. Porém, essa teoria começou a ser questionada pela existência dos povos indígenas nas Américas, os ditos “pagãos” pelos cristãos europeus. Afinal, de que linhagem era proveniente estes povos? São humanos, já que fisicamente aparentavam humanidade?

Essa constatação desencadeou uma série de esforços para descobrir a condição humana ou não dos indígenas, e foi com o veredito do frade dominicano Bartolomé de Las Casas (1484 - 1566) que a natureza humana dos indígenas foi reconhecida (SOUZA, 2006). Este atentou para o fato de que com o batismo cristão, estes povos poderiam sair da sua condição de “pagãos” e receberem a conversão de suas almas. Todavia, enquanto garantia a humanidade e a não escravização dos

indígenas em uma sociedade idealizada na América, previa para cada cristão desta sociedade a posse de pelo menos dois escravos negros.

Para Las Casas e para a Igreja Católica se tornou inadmissível a exploração de indígenas nas Américas, mas para os abusos cessarem para estes era preciso reforçar exploração ao negro escravizado e não houve nenhum questionamento moral a respeito disso. E para quem contestar a escravidão do negro? Não é a própria Escritura Sagrada que garante a servidão eterna aos descendentes de Cam?

Incontestável! O axioma da inferioridade negra deveria ser sustentado a fim de garantir os lucros do comércio de escravos no período pré - capitalista e é nesse momento que a “raça negra” se torna permanentemente relacionada à escravidão e a sua condição de subalternidade.

A era iluminista trouxe novas dimensões para a discussão sobre a humanidade dos negros. A explicação fornecida pela Igreja se tornou insuficiente na era da racionalidade, de forma a incorporar o conceito de raça, já utilizado pelas ciências naturais, para classificar a variabilidade humana, racializando - as, a fim de compreender as diferenças desse “outro” negro. Esta distinção que tinha como critério fundamental a cor da pele, no entanto, resultou na classificação hierárquica das raças.

Além das características fenotípicas, características morais e psicológicas foram sendo progressivamente atreladas às raças humanas, tendo como suprassumo o europeu com todo o privilégio de sua branquidão e na base da pirâmide, o negro com o infortúnio de sua negritude. Munanga (2009, p.9) traz a conceituação do naturalista Carl Von Linné (1707 - 1778) sobre “raças” europeia e africana para ilustrar como a ciência naturalizava a associação das características biológicas a atributos culturais, estéticos e psicológicos.

- “Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes (despotismo), unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.
- Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas”.

Não obstante a concepção de raça ser considerada cientificamente ineficaz e biologicamente inexistente com a evolução dos estudos em Genética Humana a partir do século XX (MUNANGA, 2009), a dura realidade é que as bases de fundamentação para a tosca hierarquização racial feita por Carl Von Linné perduram

até hoje na compreensão social acerca do branco e do não - branco. Aliás, não é por acaso que essas conexões acontecem. Da mesma forma que o negro foi associado ao posto de inferioridade inerente à escravidão, há um alinhamento entre o ser branco e características de superioridade.

Foi e é oportuno para os brancos, enquanto grupo a degradação da imagem do negro, pois os privilégios simbólicos e concretos angariados historicamente fizeram com que a branquitude se tornasse o ideal a ser alcançado. Dessa forma, como salienta Bento (2002, p.5), a “desvalorização do outro” decorre da intransigente defesa dos valores do grupo de que se faz parte, pois atrelado à imagem dele estão as imagens individuais.

É certo que a organização identitária da branquitude enquanto grupo é padronizadora quando há uma articulação de cunho político - ideológico que se estabelece a fim de suprimir a humanidade e os direitos inerentes a ela, aos indivíduos não equivalentes. É por isso que a diáspora africana, fruto do colonialismo, ao mesmo tempo em que tentou apagar as marcas da identidade dos povos africanos, possibilitou a reconstrução dessa identidade que se tornou resistência.

## **1.2 Afronte: breve histórico da resistência negra no Brasil.<sup>1</sup>**

Em meados do século XVI, a frota de navios portugueses do capitão Pedro Álvares Cabral que procuravam as Índias, aportou por engano nas terras que hoje conhecemos como Brasil. Um dos navios trouxe a bordo o escrivão Pero Vaz de Caminha que apressou - se em transmitir ao seu rei D. Manuel I, suas impressões sobre a nova terra. Na carta enviada ao rei, Caminha não hesitou em demonstrar os benefícios que aquela terra renderia para Portugal, pelos vastos recursos naturais.

Visando as novas terras como possibilidade de alargar seu domínio econômico e territorial, os portugueses começaram a migrar para a nova colônia na tentativa de se estabelecer no comércio agrícola, porém diante da vasta extensão territorial, intensificaram a importação da mão - de - obra escravizada. Em vista disso, a partir de 1549 as migrações forçadas de negros escravizados vindos da África começaram a ocorrer em grande escala no Brasil. O negro então ocupa os

---

<sup>1</sup> Este subcapítulo foi construído com base no aporte teórico do sociólogo Clóvis Moura, cuja pesquisa, fundamentada na teoria de Marx, resultou em um vasto e significativo estudo acerca das especificidades experienciadas pelo negro brasileiro.

grandes vazios territoriais da nova colônia, se estabelecendo principalmente no Nordeste, onde vão trabalhar na agroindústria açucareira, dinamizando a economia colonial (MOURA, 1987). Nenhum proveito o negro africano pôde tirar do seu trabalho. Ele somente serviu aos portugueses como ferramenta em benefício da Metrópole.

Do século XVI ao XVIII o açúcar se tornou o produto mais rentável para a Coroa Portuguesa. A mão - de - obra escravizada era essencial para o aumento da produção açucareira, pois compensava, devido a sua superexploração, os altos custos da manutenção de todo o maquinário exigido na produção do açúcar. Isso significa que o período de auge na exportação do grão de açúcar também foi no tocante a importação de negros escravizados (idem).

A partir do século XVIII, a economia colonial gira em torno da extração de metais preciosos em solos mineiros. O negro é então deslocado para essas áreas, onde sofre violento e constante monitoramento dos capitães - do - mato. Aliás, as condições de vida e trabalho dos negros no Brasil colonial eram desumanizadoras. Era considerado propriedade privada e não existia nenhuma legislação ou regulamentação que garantisse a dignidade de sua existência como ser humano.

Os castigos e torturas faziam parte da rotina de trabalho dos negros escravizados, cuja jornada se estendia por até dezesseis horas. A situação alimentar era calamitosa, tanto pela qualidade do alimento que por vezes era jogado no chão, quanto pela escassez do mesmo; ocasionalmente, o branco, senhor de escravos, não concedia alimento algum aos cativos. Não havia pausa para descanso e a qualquer sinal de indisciplina um castigo era imputado. Por isso, estipulava-se que a vida útil de um escravo não passava de 10 anos.

Todas as etapas da exploração colonial necessitavam de uma operacionalização muito complexa, pois não se tratava só da ação extrativista, no caso da cana - de - açúcar, mas de uma agroindústria que exigia a divisão sociotécnica do trabalho para o dinamismo e prosperidade da economia colonial. A presença do negro escravo era massiva em todos os degraus dessa cadeia produtiva, o que elucida o grau de complexificação do seu trabalho.

Mesmo em condições adversas, o negro sempre encontrou formas de se autopreservar, através da remodelagem de elementos constitutivos de sua identidade ou da organização e resistência política que o movimento da quilombagem possibilitou, conseguindo em certa medida, proteger signos de sua

cultura e religião, por exemplo.

Os quilombos eram “um sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos” (idem:11). Este movimento que abriu caminhos para as mobilizações pró - abolicionistas, eram dirigidos e organizados pelos próprios negros escravizados que fugiam do sistema opressor colonial. Ele abarcou praticamente todo território nacional e operou em diversas esferas do sistema escravista, a fim de enfraquecê-lo. A superação deste implicaria na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

É importante salientar que embora a história oficial do Brasil incline - se a propagar o movimento abolicionista como crucial no levante dos negros escravizados o que os levariam a se organizar em quilombos, não foram os abolicionistas que advertiram os negros de sua situação de explorado e muito menos que suscitou a consciência de classe ou o caráter político da luta pela libertação.

Muito pelo contrário. Apesar da alienação do negro ser um importante dispositivo da colonialidade, eles não estiveram passivos à exploração sofrida, o contrário do “seu senhor”, o homem branco que não tencionava nenhuma transformação da realidade colonial. É perceptível que na narração histórica sobre os negros há forças em jogo que se posicionam em favor das narrativas dominantes. Esta é mais uma investida de despolitizar o negro em sua luta pela mudança da dinâmica social, pois a condição de escravo em que foi posto o excluía dos “louros da vitória”.

A característica revolucionária da quilombagem expressa o antagonismo da luta de classes entre o sujeito escravizado *versus* os senhores de engenho e a resistência à subordinação assegurada pelas balizas sociais, culturais e bélicas que a organização do quilombo garantia contra o sistema opressor. Além dos negros escravizados, o movimento da quilombagem incorporava os grupos socialmente marginalizados da época, como os indígenas, as prostitutas, pessoas brancas em situação de vulnerabilidade socioeconômica e mulheres sem emprego são exemplos (MOURA, 1992).

Temerosos com a repercussão das rebeliões, o governo escravista emitiu diversos estatutos opressivos que continham procedimentos ao senhores de engenho, à polícia e à sociedade em geral, em caso de fuga de escravos ou informações sobre a localização de algum. Entre os procedimentos, as penalizações ao escravizado fugitivo eram severas. Isto também propiciou a criação de vários

recursos não institucionais de tortura.

A coibição através da violência encabeçada pelo governo colonial racista consistia em uma estratégia de suprimir toda a expressão de resistência da negritude e sua influência para outros cativos e para os favoráveis à abolição do sistema escravista emergente. O castigo do corpo deveria da mesma forma enfraquecer e dissipar as expressões culturais e políticas dele resultantes. Portanto, o controle do corpo e da identidade do negro era imprescindível para a manutenção do aparelho de dominação colonial, pois sua existência simbólica e concreta dependia da inferiorização da imagem e culturas africanas.

A Igreja Católica, aliada do poderio militar colonial, também teve seu papel na tentativa de alienar o negro de sua condição de sujeito histórico, reduzindo-o à simples instrumento de exploração quando ao se colocar como proprietária exclusiva das “verdades” tangíveis e intangíveis do ser humano deslegitimou e demonizou as religiões africanas, garantindo também intacto o monopólio do conhecimento. Portanto, as persistentes formas do exercício da ancestralidade por parte do negro no Brasil representaram e nos dias atuais ainda representam uma ameaça a pseudo-hegemonia epistêmica do mundo branco-cristão-europeu.

Em relação a isso, admitem-se as reflexões de Nascimento (1980, p. 88) acerca das retaliações à resistência do negro escravizado ao considerar que:

“Agredidos de todos os lados, foi em suas religiões ancestrais que o africano encontrou um espaço onde se apoiar e defender o que lhe restava de identidade humana. E, cientes desse fato, tanto a sociedade institucionalizada como a religião oficial do Estado, o catolicismo durante o período colonial, não deram tréguas às religiões vindas da África. Acusadas de cultos fetichistas, sofriam a condenação dos sacerdotes católicos e a repressão policial. Mas a verdade é que a despeito da manipulação de tantas estratégias e recursos para degradar, distorcer e esmagar a herança africana, a cultura convencionalmente tida como a dominante careceu de aptidão para concretizar os objetivos que perseguia”.

O exemplo disto é a sobrevivência de elementos das religiões africanas por meio do sincretismo religioso. Apesar da Igreja empenhar-se em catequizar à força a população negra e introjetar arbitrariamente o catolicismo nas religiões africanas que tentavam se restabelecer em solo brasileiro, o escravizado, ciente de toda violência e dos limites decorrentes da colonialidade, em uma jogada estratégica utilizou-se do sincretismo, com o intuito de proteger suas crenças, seus deuses e a ligação com a

terra-mãe.

A objeção à cultura do opressor permitiu aos negros e negras criarem novas formas de vivenciar sua ancestralidade africana, isso significaria afirmar o passado e o que se havia experienciado na terra natal e moldá-lo nas bases do agora, do agonizante e desumano presente. Assim, o quilombo e outras instituições de resistência representaram a reconstrução das imagens e do legado de África depreciadas pelo racismo enraizado no contexto social brasileiro.

A extinção do tráfico negreiro em 1850 impulsiona a quebra do sistema escravista no Brasil e abre espaço para o fortalecimento do caráter político dos movimentos pró-abolicionistas, que sucederam as revolucionárias ações quilombolas. Os senhores de escravos, por sua vez, passam a enfrentar o crescente apoio popular ao movimento que por vezes acolhiam os escravizados fugitivos em suas casas. A partir daí, as recorrentes fugas e rebeliões, aliadas ao alto custo da compra e manutenção do negro escravizado culminaram em uma onda de insegurança e temor tornando a crise estrutural do sistema escravista um caminho sem volta.

É nesse momento que o trabalhador branco imigrante será encorajado a vir trabalhar em solos brasileiros e o capital, antes investido no tráfico de escravos, destinado à política imigracionista. Esta foi utilizada pelas elites racistas como pretexto para discriminar e desqualificar a mão de obra negra, deixando-a à margem da sociedade ressignificando as formas de exploração ao mesmo tempo que possibilitaria o embranquecimento da população brasileira, livrando-a do estigma negro.

A abolição da escravatura no Brasil em 1888 veio para acender a chama da liberdade em muitos negros que acreditavam que a partir de então, a equidade perante os outros cidadãos do Império seria estabelecida. No entanto, nos moldes em que foi fundada não poderia garantir direito de cidadania algum ao negro recém-liberto, pois foi arquitetada pela branquitude imperialista para reestruturar o racismo no contexto social enclausurando o negro e seus descendentes a uma condição de abandono e pauperismo.

Guimarães (2002, p.65) nos diz que por muito tempo a literatura, o governo e população em geral considerou a pobreza do negro em contraste à riqueza do branco como resultante dos anos de escravidão sofrida pela população negra no Brasil, mas que o tempo faria com que as estruturas sociais se equilibrassem. Diante

disso, ele elenca três problemas dessa linha de pensamento, a saber:

“Primeiro, isenta as gerações presentes de responsabilidade pela desigualdade atual; segundo, oferece uma desculpa fácil para a permanência da desigualdade [...]; terceiro, deixa sugerido que os diversos governos têm buscado corrigir, gradualmente, tais disparidades”.

Tentava-se encobrir a pauta que o movimento negro organizado insistia em denunciar: que a desigualdade social enfrentada pelos negros no Brasil é fruto da discriminação e preconceito raciais. Estas não somente foram fortalecidas pelo regime escravista, mas contribuíram para fomentar e agravar as desvantagens em vários níveis da “competição social” para o negro brasileiro (GUIMARÃES, 2002, p.67).

A pauta encoberta do movimento negro expressou a necessidade que as elites políticas e científicas tinham de superar, via miscigenação, as marcas da violência deixadas pela escravidão na população brasileira, já que a cor negra na população evocava a desumanidade daquele período. Foi Gilberto Freyre com a publicação do livro “Casa-Grande & Senzala” (1933) que estruturou esse pensamento tensionador da mescla entre as três raças integrantes da nacionalidade brasileira, surgindo assim o mulato. Este, por sua vez, seria o símbolo do estabelecimento da democracia racial.

O paraíso da harmonia e da democracia entre as raças no Brasil, elaborado no imaginário da ideologia estruturada por Freyre (1933) não poderia ser mais falaciosa, pois tentou mascarar a conflituosa e antidemocrática relação entre o negro e a estrutura racista, impossibilitando a transformação dessa conjuntura.

Em vista disso, a comunidade negra no Brasil encontrou na organização política a possibilidade de reivindicar uma reestruturação social que garantisse sua inclusão no seio social e os direitos decorrentes desta posição como a participação na divisão das riquezas aqui produzidas e da qual o negro foi o grande dinamizador. A exemplo disso está as diversas formas de resistência e sobrevivência concreta e simbólica do negro no Brasil que se seguem: a Revolta da Chibata (1910), a Imprensa Negra Paulista que difundiu muitos jornais produzidos por negros e para a comunidade negra a começar pelo “Menelick” (1915) ao “Correio d’Ébano” (1963), a Frente Negra Brasileira (1931), um movimento ideológico que mais tarde, em 1944, se tornou um partido político e o Teatro Experimental do Negro - TEN - (MOURA,1992, p. 70,71).

Evidentemente, outras organizações de menor ou de maior porte da negritude brasileira existiram e ainda existirão no âmbito social, cultural, político, artístico e onde houver a idealização e materialização da negritude enquanto componente de um grupo inferior e enquanto houver a subalternização do negro pelo simples fato do “ser” da negritude.

### **1.3 A proposta decolonial como premissa para a (re) construção do saber.**

O que o ocidente, na figura do homem branco europeu, fez ao colonizar as terras Americanas e, através da escravização dos povos africanos foi proporcionar o alargamento de seu controle econômico e político e fomentar a naturalização de sua superioridade epistêmica e até mesmo ontológica em relação a outras sociedades denominadas por estes como incivilizadas, a fim de instaurar-se como parâmetro da modernidade. Aliás, não somente se fez norma, como também exterminou (ou pelo menos tentou) várias formas de ser, saber e poder daqueles que não representavam o seu padrão.

O legado da colonialidade foi a instituição de um regime global que, revestido do projeto da modernidade, pretendeu implantar e universalizar a europeização na sociedade mundial perpetuando sua hegemonia político-econômica, intelectual e visual sobre os diversos corpos não-brancos. A naturalização da superioridade branco-europeia instituída pela colonialidade, foi historicamente marcada pela violência como instrumento de destruição e marginalização das marcas identitárias dos povos explorados pelo regime colonialista europeu, resultando no que Mbembe (2013) denomina de *altericídio*.

Dessa forma, o desenvolvimento da ordem global se deu a partir da constituição da hegemonia dos países do norte, em especial os europeus e mais tarde os norte-americanos, denominado por Mignolo (2003) de “o outro imperial”, em detrimento da suposta dependência dos países sulistas que por muito tempo foram sucateados material e imaterialmente ao ponto de, hodiernamente, serem considerados subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2016).

Em vista disso, por muito tempo as elites científicas dos países do sul refletiram sobre sua realidade e produziram conhecimento se firmando nas bases científicas nortistas que, por sua vez, disseminaram o conhecimento do ponto de vista daquele que, ao longo da história, aparelhou pela coerção as forças em jogo. Logo, nossas matrizes epistemológicas e também ontológicas, tão ricas em

diversidade foram descartadas.

A libertação, em meados do século XX, dos países outrora explorados pelo regime *imperialista e neocolonialista* europeu (BALLESTRIN, 2013, p.90) marcou o início da era pós-colonial tanto no sentido geopolítico quanto para indicar o movimento de (re) formulações teóricas orientadas para a crítica e superação da centralidade epistêmica europeia, que por séculos sequestraram, desqualificaram e inferiorizaram muitos saberes não-ocidentais.

À vista disso, entende-se que o movimento de intelectuais pós-coloniais esteve comprometido com os subalternizados pela colonialidade ao retirar da marginalidade outras formas de saber e de ser construídas nas sociedades colonizadas e distintas da particularidade universalizada que é a Europa branca e masculina ao passo que denuncia a ressignificação e institucionalização “das estruturas coloniais de poder e exploração” (JESUS e SAMPAIO, 2017, p.120).

Entretanto, de acordo com pensadores da corrente Modernidade/Colonialidade, este movimento de intelectuais pós-coloniais que surgiu no processo de descolonização e posterior independência dos países subalternizados sobre as forças imperialistas europeias falharam enquanto uma “proposta de epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (COSTA, 2006 *apud* BALLESTRIN, 2013, p.91), já que os principais aportes teóricos da vertente pós-colonial – Foucault e Derrida – apontavam para vinculação com correntes pós-modernas e pós-estruturalistas europeias em detrimento de privilegiar o conhecimento de intelectuais sulistas que pensam a partir do sul (GROSFOGUEL, 2008, *apud* BALLESTRIN, 2013, p.96).

Em vista disso é que muitos intelectuais da América Latina se reuniram em torno da libertação e superação da lógica eurocêntrica, formando em 1990 o Grupo Modernidade/Colonialidade (MC), tendo como expoente desta corrente teórica, Walter D Mignolo (2008), que propôs a “desobediência epistêmica” como resistência à normatização branco-europeia imbricada em nossa forma de fabricar conhecimento. Esse pensamento que é fruto do colonialismo instaurou uma ordem mundial na qual as relações de poder são manipuladas pela modernidade. À vista disso, Ballestrin (2013, p.90) considera que:

“Assumindo uma miríade ampla de influências teóricas, o M/C atualiza a tradição crítica de pensamento latino-americano, oferece releituras históricas e problematiza velhas e novas questões para o continente.

Defende o “decolonial” – epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva”.

A partir disso, entende-se que uma das propostas epistemológicas do MC parte da desmistificação da modernidade como uma proposta de libertação e elevação de indivíduos de sua condição desatualizada e obsoleta e revela uma faceta tenebrosa e violenta da modernidade - a colonialidade - camuflada de sua constituição histórica. Essa compreensão é importante para desnaturalizar a não legitimidade de muitos saberes, povos e culturas silenciados pela modernidade.

Nesse sentido, Walter D. Mignolo (2003) nos faz refletir que a modernidade não poder ser indissociada da colonialidade, pois esta denuncia toda perversão pela qual o ocidente se fez centro. A incontestabilidade epistemológica do eurocentrismo é mais um produto do sistema *moderno/colonial* que expandiu o regime de poder da colonialidade do âmbito local para o global, subalternizando toda forma de conhecimento não pautada nos pilares eurocêntricos. Por isso, ele aponta para a urgência de um *pensamento liminar* que, a partir do confronto entre saberes subalternos e hegemônicos, proporcionaria a descolonização das epistemologias, a descentralização e redistribuição das formas de produção e reprodução do conhecimento.

Descolonizar o saber implica em entender que por trás da epistemologia dominante há, por exemplo, fundamentos racializadores e sexistas balizadores do modo como o “outro”- não europeu - foi retratado para o mundo. Portanto, é a partir da construção de um conhecimento contra-hegemônico pelo olhar e vivência do subalterno que a auto-referência e a auto-identificação se tornam possíveis. Mas essa não é uma tarefa fácil. Fanon (1983, p.78) nos diz que “é o racista que cria o inferiorizado”, ou seja, o sentimento de inferioridade racial que muitos negros sentem em relação aos brancos e a vontade de se embranquecer para ser aceito ou considerado pelo homem branco como civilizado, só é possível a partir de uma estrutura social que “torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo” (Idem, p.83).

Dentre as muitas narrativas construídas pelo branco em torno de sua pretensa superioridade e de como se assemelha<sup>2</sup>, a linguagem, de acordo com Fanon

---

<sup>2</sup> Mesmo que ao abraçar a cultura do branco, o negro se sinta socialmente elevado em relação aos seus pares, não faz parte do projeto da branquitude que o negro se equipare ao branco em termos de

(1983), constituiu um importante mecanismo de acesso a “civilidade” do colonizador, ou seja, quanto mais apagadas fossem as marcas da linguagem de seu povo, mais o colonizado estaria próximo de alcançar as características identitárias de seu civilizador, pois como revela Frantz Fanon (1983, p.18) “um homem que possui a linguagem possui também o mundo que essa linguagem abrange e que através dela se exprime”. Da mesma forma, também constituem vias de acesso para o mundo branco a supressão da própria cultura, escrita, religião, indumentária, etc.

Se para incorporar a identidade do branco, é exigido que o negro dilua sua negritude, pode-se afirmar que a fim de garantir o movimento contrário, ou seja, reafirmar a cultura e as marcas de sua negritude, se faz necessário resistir e ir na contramão da ordem hegemônica vigente.

No mundo moderno, o privilégio epistêmico do ocidente tem seu lócus de reprodução, dentre outras instituições, nas universidades ocidentalizadas que historicamente se firmaram em modelos Norte - cêntricos, considerados referência da verdade e da criticidade. Em vista disso, nestes espaços, conhecimentos produzidos por outros sujeitos não têm a mesma legitimidade para refletir e elaborar sobre a realidade. Grosfoguel (2016, p.26) nos diz que “essa autoridade não é democrática, impõe-se à base da superioridade do conhecimento imposta pela dominação ocidental capitalista do mundo”.

Nesse contexto, as teorias europeias possuem tanto privilégio epistêmico que presumem que o conhecimento produzido a partir de suas experiências regionais, mesmo com toda particularidade espacial/temporal que elas contêm, constitui valor teórico universal e, portanto, podem ser utilizadas nas diversas realidades sócio-históricas do mundo. Ainda citando Grosfoguel (2016), o privilégio epistêmico corresponde a uma das faces da moeda “racismo/sexismo epistêmico”, cuja outra face é a inferioridade epistêmica. Essa inferioridade se refere à desqualificação da produção de conhecimentos e cosmologias de sujeitos que não correspondem ao padrão masculino-branco-ocidental. De acordo com ele, a universidade ocidentalizada foi fundada sobre estruturas racistas e sexistas, reflexo das estruturas de poder do mundo moderno/colonial.

Visto isso, é preciso evidenciar a estrutura de poder da colonialidade e de seu legado na construção do monopólio epistêmico europeu a fim de romper com as

barreiras impostas por ela para a descolonização do saber. Com um olhar sobre a institucionalização das ciências sociais na América Latina, em especial, Castro-Gomez; Schiwy; Walsh (2002) utilizam o termo “indisciplinar” para indicar a necessidade de ruptura com o engessamento ideológico e metodológico das ciências sociais que não correspondem ao contexto latinoamericano atual.

Isso não significa descartar os instrumentais e as ideias centrais das ciências sociais, mas tensionar a utilidade e os efeitos da instrumentalidade hodiernamente utilizada por ela para a construção de conhecimento e eventualmente reconfigurá-los com o intuito de libertar as produções teóricas dos sujeitos subalternizados pela colonialidade das amarras da hierarquização.

## **CAPÍTULO II – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL E SERVIÇO SOCIAL: UM ELO CRUCIAL PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.**

Tendo como ponto de partida a raça e o racismo enquanto elementos estruturantes da dominação capitalista no mundo moderno/colonial, podemos entender que este, ao balizar as relações de poder, proporcionou a invisibilidade histórica do legado cultural e intelectual de muitos sujeitos (homens e mulheres negros e indígenas, latinoamericanos e mesmo mulheres brancas), fomentando a naturalização da subalternidade destes em uma hierarquia social.

Este sistema hierárquico disseminado pela colonialidade e agravado pelo capitalismo, é evidenciado para a população negra nas condições perversas enfrentadas por ela nos diversos âmbitos da vida. A não garantia dos direitos sociais fundamentais são marcadas por uma verdadeira segregação no acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros, cuja restrição garantem somente sua subsistência e reprodução como força de trabalho superexplorada e, portanto, crucial para a manutenção da acumulação capitalista.

Mesmo após 130 anos da abolição oficial da escravatura no Brasil, a população negra ainda permanece nos postos de trabalho mais subalternizados e precarizados, com os menores salários e qualidade de vida deficitária, o que reflete a permanência da desproteção social deixada por esse período, ou seja, conserva-se na estrutura governamental e social as reverberações do racismo. A pobreza tem cor e atinge de forma violenta todos os que dela são alvos.

O Serviço Social enquanto categoria profissional “constituída para servir os interesses do capital” (IAMAMOTO, 2009 p.94), mas aliada à luta e defesa dos direitos da classe trabalhadora, passou por diversas transformações em sua trajetória política e ideológica que o direcionou para o comprometimento com a redemocratização da sociedade e pela aproximação política com a pauta dos movimentos sociais. Cabe ressaltar que essa transformação ocorreu articulada a múltiplos contextos e “determinações históricas e estruturais de sua construção e desconstrução” (FALEIROS, 2011, p. 749).

Dessa forma, compreendendo que não é desde sua concepção enquanto profissão no Brasil que o Serviço Social esteve engajado na luta social e pelos direitos da classe trabalhadora que é necessário situá-lo no tempo e espaço em

conexão com processos históricos, políticos, sociais e culturais e relacioná-lo a um movimento de mútuo condicionamento com a conjuntura para assim entendermos os processos que guiaram a sua aproximação com a luta anti-racista e o combate ao racismo como bandeira de luta do Serviço Social.

## **2.1 As bases para a construção de um Serviço Social anti-racista.**

Com a intensificação do processo de industrialização da Europa no século XIX<sup>3</sup>, o capitalismo encontrou meios de se estabilizar e promover novas formas de organização social e do trabalho. Neste cenário, as expressões da questão social se tornam latentes pela dinâmica própria do capitalismo que acirra a contradição entre “a socialização do trabalho *versus* a privatização da riqueza”, em outras palavras, a acumulação capitalista pela via da exploração da classe trabalhadora (OLIVEIRA, CHAVES, 2017, p. 145).

Isso significa que a relação conflituosa que surge na contraposição de interesses de uma parcela da população em detrimento de outra, resulta na manifestação da questão social, de acordo com Castel (1998). Este conflito representa o tensionamento das relações entre sujeitos sociais em uma sociedade e a possibilidade de ruptura dessas relações.

A efervescente industrialização capitalista na Grã-Bretanha marcou o surgimento da questão social que tem como bases fundamentais a estrutura e a historicidade. Portanto, a questão social é manifestada pela relação contraditória desses dois elementos de forma que, isoladamente, nenhum deles pode desencadeá-la.

“Com efeito, a questão social assim qualificada foi suscitada...não só pela existência efetiva, real, de condições desumanas de vida e de trabalho do proletariado emergente no bojo do moderno processo de industrialização, mas também pela tomada de consciência e reação dessa classe contra essas condições” (PEREIRA, 2003, p. 112).

Logo, a partir do momento em que a classe trabalhadora se conscientiza da exploração sofrida e se organiza como tal pela conquista dos direitos trabalhistas e da proteção social, evidencia-se a transposição da classe “em si” em classe “para si” (MARX, 2013), o que requer necessariamente a problematização da pobreza como

---

<sup>3</sup> Mesmo antes desse período, países europeus já haviam fomentado, em solos brasileiros e em outras nações, a mundialização do capital pela via da exploração da força do trabalho escravo.

resultante das mudanças estruturais provenientes do capitalismo e a organização política da classe em torno de objetivos comuns que, conseqüentemente, vão na contramão dos interesses da burguesia de expropriação das riquezas obtidas pela exploração do trabalho operário.

Isto posto, a relação contraditória entre o mundo do capital e o mundo do trabalho expressa a luta entre duas classes distintas ambas inscritas no processo de industrialização capitalista e de urbanização. Essa relação assinala a aguda pauperização vivida pela classe trabalhadora, provocada pela incessante necessidade de lucros pela burguesia o que dependia diretamente da produtividade dos operários.

Desse modo, é no contexto do surgimento da questão social que se justifica a eclosão e o desenvolvimento do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, constituindo uma resposta estatal ao enfrentamento da questão social diferente das anteriormente fornecidas, como a caridade e a repressão. Em outras palavras, a partir do posicionamento do Estado como interventor das novas relações sociais e questões derivadas da contraposição entre a classe burguesa e classe trabalhadora, a profissão emerge como (re)produtora das condições de vida e de trabalho subsumidas na elaboração de políticas sociais para preservação dos níveis de produtividade exigidos pelo capital e o conseqüente domínio da classe burguesa sobre a trabalhadora (IAMAMOTO, 2009).

Na América Latina e mais particularmente no Brasil, o surgimento e a institucionalização do Serviço Social esteve emparelhado ao processo de intensificação capitalista no século XX. Nesse cenário, a questão social se expressa pela politização da classe trabalhadora que age em nome de si e em defesa da cidadania através do reconhecimento estatal de sua condição de superexploração e miserabilidade e da elaboração de políticas públicas que atendessem suas demandas. A burguesia, por sua vez, visualizando a ameaça iminente da perda de seus privilégios vislumbra no controle social a possibilidade de reprodução das condições de exploração.

O Estado então consiste no órgão que vai regulamentar juridicamente políticas sociais, cuja implementação marcam a emergência de legitimação do Estado frente aos conflitos de classes. De acordo com Silva, Silva e Júnior (2016, p. 3) a implementação de políticas constituem uma estratégia que responde aos interesses da burguesia e funciona na conformação política da classes subalternas,

tornando-se eficiente para a manutenção do *status quo* necessário à reprodução do capital.

Junto às ações do Estado, estavam as investidas da Igreja Católica em recuperar sua influência ideológica devido à recente separação entre Igreja e Estado com a Proclamação da República em 1889 e às mudanças econômicas e políticas. Em vista disso, a Igreja Católica inicia um movimento em prol de uma reforma social que visa a reconstrução de seu papel na sociedade, assim como a incitação à moralidade cristã e filiação à Ação Social da Igreja. Os aportes teóricos para esse tratamento da questão social são, notadamente, as encíclicas Papais “*Rerum Novarum*” (1891) e “*Quadragesimo Anno*” (1931) (YAZBEK, 2010 *apud* SILVA, SILVA e JÚNIOR, 2016).

É nesse contexto que a partir de 1930 surge o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho como fruto da organização de parcelas específicas da sociedade intermediadas pela Igreja Católica e “surgirá como um departamento especializado da Ação Social” (IAMAMOTO, 2009 p.140). As ações caritativas da Igreja passam a ter aporte do Estado a partir do fim da República Velha quando essa demonstra impetuosamente sua influência social. A dimensão de suas atividades se tornam mais abrangentes e estruturadas.

Com essa reestruturação organizacional e a crescente adesão de parcelas da população surgem as primeiras medidas profissionalizantes que mais tarde constituirão o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS que representará o gérmen da profissionalização em Serviço Social. Nesse ensejo, em 1936 será fundada a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, com uma turma composta por mulheres da classe burguesa paulistana. Gradativamente, outras escolas de Serviço Social com essa mesma estrutura doutrinária foram sendo implementadas no Brasil (*idem, ibidem*).

As perspectivas de ação do Serviço Social nesse momento, são pautadas em um caráter moralizador diante da questão social e prevêm o controle e ajustamento das camadas pauperizadas da sociedade. A metodologia utilizada pela profissão na sua gênese, baseia-se no estudo de caso, grupo e comunidade, importação norte-americana, cujos instrumentos interventivos focalizavam no indivíduo, sem uma análise da estrutura social. Deste modo, a pobreza, a falta de acesso à educação e outras expressões da questão social são creditadas ao indivíduo e em nenhum momento relacionadas à organização da sociedade no contexto de exploração

capitalista.

O Código de Ética Profissional de 1947 é uma expressão do conservadorismo então existente no seio profissional. A sua leitura permite compreender que as ações moralizadoras e os valores cristãos compunham os princípios e normas éticas que regiam o Serviço Social da época. Nos termos do código, além do “respeito à lei de Deus”, era considerado dever do Assistente Social, o aperfeiçoamento da sua personalidade, a fim de “dignificar a profissão” (ABAS, 1947, p.1).

Em sua trajetória, o Serviço Social foi marcado por diversos momentos-chave nos quais os sujeitos constituintes de sua história colocaram em disputa seus direcionamentos político-ideológicos que foram determinantes para a construção do projeto profissional que hoje rege o Serviço Social. A definição das dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa inerentes à prática profissional foram resultado da articulação entre esses sujeitos históricos e a realidade em movimento.

Em suma, alguns marcadores históricos antecederam e estimularam o chamado “Movimento de Reconceituação” que sinalizou a ruptura com o conservadorismo e assistencialismo constituintes da gênese do Serviço Social e a reconstrução das bases do que conhecemos hoje por Serviço Social.

Após vinte anos de vigência do Código de Ética Profissional (1947), realizou-se na cidade de Araxá (MG) em 1967 o “Seminário de Teorização do Serviço Social” promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbios de Serviços Sociais (CBCISS), o primeiro a ser materializado assente na perspectiva modernizadora.

As reflexões resultantes deste seminário foram substancializadas pelo Documento de Araxá que pretendeu apontar as finalidades do fazer profissional e ajustar suas metodologias à essas atividades. A intenção era de desfazer os laços de exclusividade com a metodologia de caso, grupo e comunidade que sinalizavam para uma atuação tradicionalista com o propósito de incluir “novos métodos e processos” (NETTO, 2005, p. 168). Apesar de haver uma tentativa de rearranjo do escopo profissional o que acontece, no entanto, é a reconceitualização do conservadorismo ou como sinaliza o autor “*não há rompimento*<sup>4</sup>: há captura do ‘tradicional’ sobre novas bases” (idem).

---

<sup>4</sup> Grifos do autor.

O documento aponta para a “perspectiva da globalidade”<sup>5</sup> como condutora do processo de modernização profissional, uma vez que ela viabilizaria o entendimento do indivíduo inserido no seu contexto social. A adoção desta perspectiva proporcionaria, portanto, o ajustamento da atuação profissional aos novos processos, como dito anteriormente, e que se fixará por meio da macroatuação, mas reconhecendo a operacionalização dos serviços ainda pautada sob a égide do tradicionalismo (microatuação). Dito isso, a macroatuação é caracterizada por Netto (2005, p.171) de “fulcro renovador” porque assinala para a participação profissional na elaboração, na metodologia e no gerenciamento das políticas sociais, refuncionalizando a atuação dos Assistentes Sociais ao deslocá-los do posto de “meros executores das políticas sociais” (idem).

Enquanto o Documento de Araxá expressava a busca por perspectivas que rompesse com o tradicionalismo e direcionasse a função, metodologia e os objetivos do exercício profissional para a modernização, o Documento de Teresópolis (1970) solidificou essa óptica na instrumentalidade da intervenção profissional. Assim a dimensão teórico-científica de Araxá é redimensionada em direção à uma metodologia científicista e à requalificação profissional, cujo referencial teórico é o estrutural-funcionalista.

Em suma, pode-se inferir destes dois momentos, das elaborações teóricas e da formulação dos Códigos de Ética que nortearam o exercício profissional neste período até 1986 (os Códigos de 1965 e 1975) que as respostas do conjunto profissional frente à luta popular pela democracia cerceada na sociedade brasileira devido à instauração da Ditadura Militar, estiveram pautadas na reprodução do conservadorismo moral e na “perspectiva humanista cristã tradicional” presentes na filosofia tomista (BARROCO, 2008, p. 122).

A respeito das produções teóricas do Serviço Social deste período, Barroco (2008) ressalta uma publicação da ABESS de 1962 o “Código Moral de Serviço Social” cuja adesão integral pelas Escolas de Serviço Social das prescrições nela contida só evidencia:

“a reação conservadora às reivindicações e contestações dos anos 60[...] Neste sentido, o documento é claro em seu posicionamento político-ideológico, mostrando a direção social que deve ser imprimida à ação profissional: além de exercer a função educativa moralizadora dos

---

<sup>5</sup> Cf. CBCISS, 1986:30 *apud* Netto, 2005.

comportamentos, o assistente social deve aceitar passivamente a autoridade institucional, intervindo em face das transgressões à ordem social”(BARROCO, 2008, p. 125).

Apesar dos Códigos de Ética de 1965 e 1975 apontarem para a manutenção do tradicionalismo católico e o posicionamento acrítico e despolitizado, há uma diferenciação que despertará o posicionamento crítico de alguns Assistentes Sociais e a persistência pela reatualização das bases ideológicas e políticas que pautam o exercício profissional, a saber: mesmo pautado sob a ética moralizadora cristã, o Código de Ética de 65 sinaliza para a existência de um pluralismo profissional, de uma “amplitude técnica e científica”, circunscrevendo-se como “profissão liberal”(CFAS, 1965, p. 5 - 6 *apud* idem: 126). Essas deliberações são excluídas do Código de 1975 devido ao contexto pós-ditadura.

Em razão disso, pode-se afirmar que desde a década de 60 o Serviço Social brasileiro vem somando esforços para romper com a ética tradicional. No fervor das lutas democrático-populares desta época, um pequeno grupo de profissionais se alia à militância política e cívica e se aproxima ideologicamente do marxismo, emergindo assim uma vertente crítica para o Serviço Social marcada pelo compromisso com a classe trabalhadora. Esse movimento se evidenciará na perspectiva da intenção de ruptura que terá como berço o âmbito da Universidade Católica de Minas Gerais, na qual se reuniu um grupo de jovens profissionais que formularão o “Método BH”. Netto (2005, p.263) sintetiza o feito destes profissionais para o desenvolvimento do Serviço Social:

Eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação”.

A repercussão da proposta de renovação profissional tem seus rebatimentos na produção teórica do Serviço Social nos espaços universitários do país. Ela se desenvolve a partir da análise crítica e do debate sobre o conteúdo ideológico e epistemológico destas formulações que evoluem “para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fronteiras originais” (idem:265).

Em suma, esses são os pressupostos para a elaboração dos Códigos de Ética de 1986 e o de 1993, atualmente vigente. Apesar do código de 86 apresentar uma perspectiva fulcral para o *ethos* do Serviço Social ao sinalizar o

comprometimento ético com a luta da classe trabalhadora e um rompimento com a ideologia burguesa, porém não atingiu uma formulação que sustentasse a teorização sobre os fundamentos da Ética Profissional relacionada ao pensamento marxista.

Foi justamente este o ponto ambicionado na elaboração do Código de Ética de 1993. O *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, em 1992, desvelou o anseio social por uma ética política, visto o grave contexto socioeconômico e político no Brasil que acometia especialmente a classe trabalhadora. Essa conjuntura revela um dilema para o Serviço Social, já que “seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores assalariados e como profissionais viabilizadores dos direitos sociais” (BARROCO, 2008, p.180). Dessa forma, o avanço teórico no código de 1993 foi estimulado pela reivindicação societária da ética, pauta em voga na época. Por essas razões podemos dizer que os avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e ideológicos do Serviço Social sempre estiveram, em alguma medida, submetidos às transformações históricas do contexto social no qual está inserido.

Por conseguinte, as novas reflexões impuseram urgência para a reformulação do Currículo Mínimo de 1982, culminando em 1996 na elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Fruto de um amplo e profícuo debate entre profissionais e a comunidade acadêmica, este documento representa um projeto de formação profissional que estabelece para o perfil profissional a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, além de estar fundamentado, dentre outros princípios, na:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos...como forma de favorecer a dinamicidade do currículo[...];
  2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico[...];
  3. Adoção de uma teoria social crítica[...];
  4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular[...];
  7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
  8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; [...]
  9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional[...];
  10. Ética como princípio formativo...”
- (ABEPSS, 1996, p.6-7).

Além disso, ressalta a importância de um “redimensionamento das formas de pensar e agir dos profissionais diante das novas demandas” e em vista da dimensão teórico-metodológica, formula três Núcleos de Fundamentação que “constituem níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional” e vão amparar a intervenção profissional. O primeiro núcleo é de *fundamentos teórico-*

*metodológicos da vida social; o segundo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e o terceiro é Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (idem: 8-11).*

Apesar de este documento objetivar o estudo e a compreensão acerca da constituição das particularidades formadoras da sociedade brasileira caracterizadas pelas dimensões culturais, econômicas, político e sociais que, por sua vez, são transpassadas por relações de exploração e dominação de classe, gênero e raça, por exemplo, não materializam a questão racial como eixo fundamental para a compreensão da realidade sócio-histórica brasileira e de nossa formação econômica que pela via da exploração do trabalho escravo, fomentou o enriquecimento da empresa capitalista e o desenvolvimento da sociedade brasileira.

A questão racial sempre esteve presente nos espaços sociocupacionais do Assistente Social pelas demandas emergentes da classe trabalhadora cuja constituição racial e enfrentamentos provêm da própria realidade sócio-histórica do Brasil. Todavia, ela se materializa como dimensão específica de estudo e teorização do Serviço Social somente em 2010 no XII Encontro Anual de Pesquisadores em Serviço-Social - ENPESS - realizado no Rio de Janeiro que propõe a criação de um Grupo Temático de Pesquisa (GTP) sobre as relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração e sexualidades no âmbito do Serviço Social.

O referido GTP já produziu dois relatórios referentes aos biênios de 2013-2014 e de 2015-2016 que tiveram como principais levantamentos 1) a elaboração de ementas para o estudo das especificidades de cada eixo; 2) a oferta de disciplinas que abordem essas temáticas antes ou simultaneamente às disciplinas de estágio supervisionado; 3) que haja pelo menos uma disciplina obrigatória referente à essas temáticas e 4) fazer valer o cumprimento da Lei 10. 639/2003 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira.

A criação deste GTP vem proporcionando mesmo que de forma incipiente, o desenvolvimento e aprofundamento da temática étnico/racial no âmbito do ensino e da pesquisa em Serviço Social. No curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, existe desde 2014 a disciplina “Gênero, Raça/Etnia e Política Social” que apesar de ser optativa e ofertada somente no 8º semestre do curso, contribui para a discussão e apreensão destas temáticas articuladas ao processo formativo do Assistente Social.

Mesmo que persistam muitas falhas no trato da questão racial e que seja

insuficiente a discussão desta no âmbito do Serviço Social, é perceptível a crescente demanda pela inserção dessas ênfases e a relevância de tê-las articuladas aos temas clássicos do Serviço Social nos Grupos de Pesquisa, na elaboração de artigos e TCC's e nas ações de ensino, pesquisa e extensão do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, como veremos a seguir.

## **2.2 A importância do Programa de Educação Tutorial para a formação dos discentes em Serviço Social: um olhar para o PET de Serviço Social da Universidade de Brasília.**

Anteriormente nomeado de Programa de Treinamento Especial - o PET - que hoje conhecemos como Programa de Educação Tutorial teve sua gênese em 1979 na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como o objetivo de qualificar os discentes de graduação e estimulá-los a ingressar nos programas de Pós-Graduação. No entanto, o governo brasileiro decidiu reformular seus objetivos e em 1999 passou a constituir a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu/MEC - e sua gerência sob a responsabilidade do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior - DEPEM.

Em 2005, foi regulamentado pela Lei Nº 11.180 de 23 de setembro e na sequência, em 29 de setembro de 2005 e 25 de setembro de 2006 pelas portarias Nº 3.385 e nº 1.632, respectivamente. Foi intitulado "Programa de Educação Tutorial", somente a partir de 2004. Ele se destina a proporcionar uma formação global e qualificada "aos alunos de graduação envolvidos direta ou indiretamente com o programa, estimulando a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes e a melhoria dos cursos de graduação"(Manual de Orientações Básicas, 2006, p. 7).

Em vista disso, o Programa se concretiza por meio da organização de grupos de alunos bolsistas e não-bolsistas que, tutoriados por um professor de graduação, desenvolvem atividades extracurriculares de ensino, pesquisa e extensão ampliando e interdisciplinarizando a formação acadêmica do aluno e evitando a especialização precoce em área(s) ou linha(s) de atuação de seu curso de graduação. Prevê para fins de um bom desempenho do Programa e como fomento de um processo mútuo de aprendizagem e rico em criticidade, a interação com a comunidade interna e externa à IES. Além disso, a característica grupal do Programa promove a convivência e o compartilhamento de saberes entre discentes de diversos níveis da

graduação e o desenvolvimento de habilidades que promovam a participação coletiva e individual nas atividades de forma equivalente.

O MOB - Manual de Orientações Básicas (2006) que orienta a funcionalidade do PET e sistematiza as normatizações legais de instituição do Programa, explica que a escolha do método tutorial foi realizada porque a presença de um tutor permite a apreensão crítica de conhecimentos e o aperfeiçoamento das habilidades para a resolução de problemas. Também é indispensável para o planejamento adequado das atividades a serem realizadas ou com as quais o grupo irá se envolver, a fim de que se ajustem às necessidades dos petianos e do curso ao qual pertencem. Ele é o encarregado pela elaboração e realização das atividades perante IES e à SESu/MEC e consiste em um facilitador do processo de aprendizagem do petianos em uma relação de “informalidade e cooperação” (p.6).

Além das atribuições do tutor, outros componentes da estrutura organizacional do PET dispõem de atribuições, a saber: 1. a SESu; 2. o Conselho superior; 3. o Presidente do Conselho Superior; 4. a Comissão de Avaliação; 5. a Instituição/Pró - Reitoria de Graduação ou órgão equivalente; 6. os comitês Locais de Acompanhamento; 7. o Curso de Graduação e; 8. o Aluno Bolsista<sup>6</sup>. O Conselho Superior, os Comitês Locais e a Comissão de Avaliação compõem a organização administrativa do Programa.

Para o ingresso no PET tanto pelo tutor quanto pelo aluno, o MOB determina dentre outros critérios, os subseqüentes a serem seguidos pela/o:

- **Instituição** que devem garantir todo aparato legal, estrutural e material requisitado pelo MEC para a implantação do PET na IES além de manter a interlocução entre os integrantes do grupo, o Departamento da qual o tutor é vinculado e a SESu/MEC;
- **Curso de Graduação:** deve dispor das condições indispensáveis para o andamento das atividades do Programa o que consiste em: possuir um corpo discente que corresponda aos requisitos para a candidatura à vaga de bolsista; interagir positivamente e participar do planejamento do grupo PET, a fim de contribuir para a realização de suas atividades, sempre na tentativa de conciliar os interesses deste com os do curso e propiciar o reconhecimento do Programa na IES;

---

<sup>6</sup> Cf. Manual de Orientações Básicas, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>>.

- Tutor: além dos requisitos formais como o preenchimento do Termo de Compromisso e ter disponibilidade de no mínimo 8 horas semanais de dedicação para o PET, é importante que o tutor tenha proximidade com a filosofia do Programa, participação assídua em atividades e cursos da graduação e um bom relacionamento com o corpo discente e docente do curso de graduação;
- Aluno Candidato: Ter um bom rendimento acadêmico; ter disponibilidade para dedicação de 20 horas semanais para as atividades do PET e não ser bolsista em outro de outro programa, exceto bolsas do Programa de Assistência Estudantil.

Os critérios estabelecidos para admissão de tutor ou aluno serão analisados por meio de processo seletivo e divulgados por editais publicizados com antecedência e devidamente munidos das informações necessárias para o procedimento de seleção. O PET necessita de no mínimo 04 bolsistas para funcionar enquanto grupo e o valor do custeio repassado pelo MEC para cada grupo PET, semestralmente, corresponderá a uma bolsa por aluno integrante. O aluno bolsista e o não-bolsista poderá participar do Programa até a conclusão de sua graduação e o tutor ficará por um prazo de três anos, podendo ser prorrogado por mais três e assim sucessivamente, a depender da Comissão de Avaliação do PET.

Em síntese, o Programa de Educação Tutorial constitui-se como um programa de longo prazo que visa garantir uma formação profissional de nível superior com alto teor científico, ético e técnico, a partir da imersão em atividades com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que consigam atuar com excelência e responsabilidade social nas suas áreas de formação. Para isso, prevê os seguintes objetivos específicos:

- a) formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior do país;
- b) estimular a melhoria no ensino de graduação;
- c) oferecer uma formação acadêmica de excelente nível, visando a formação de um profissional crítico e atuante, orientada pela cidadania e pela função social da educação superior (idem, p.8).

A inserção do Programa de Educação Tutorial no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília se deu no ano de 1996, período no qual o Programa ainda era vinculado à CAPES. A implementação do Programa ficou a cargo da Prof<sup>a</sup>. Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho e até 2016 já tinha passado pela tutoria de 05

professores vinculados ao Departamento de Serviço Social da UnB.

As atividades realizadas pelo grupo ao longo dos seus 20 anos de existência no referido Departamento foi marcada por diversas construções e reconstruções no viés metodológico de execução das atividades, mas continuamente articulando o ensino, pesquisa e extensão e promovendo a integralização com as discussões teóricas presentes no curso de Serviço Social. Devido à essa vinculação, a inserção da temática étnico/racial no PET esteve alinhada à incorporação desta na formação profissional, cuja disposição se revelou, neste âmbito, pela absorção gradativa da temática e à priori, na periferia das discussões teóricas comumente desenvolvidas na profissão.

### **CAPÍTULO III - O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUA RELAÇÃO COM A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL.**

Diante do exposto nos capítulos acima, percebemos que apesar da questão étnico-racial significar um importante alicerce das relações de dominação e exploração figuradas na realidade brasileira e em tantas outras sociedades que se serviram da escravidão sob o pretexto da inferioridade racial, a problematização e o enfrentamento desta questão ainda é embrionária no campo das ciências sociais e, mais precisamente, no âmbito da produção de conhecimentos e na formação em Serviço Social. Aqui, podemos destacar o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social - PET/SER, cerne desta pesquisa.

O Ministério da Educação, órgão responsável pelo Programa de Educação Tutorial desde 1999, só determina oficialmente como um dos objetivos do Programa o fomento da equidade étnico-racial em 2010, pela Portaria nº 796 de 27 de julho daquele ano, fomento este proporcionado pela contribuição do PET “com a política de diversidade da instituição de ensino superior - IES, por meio de ações afirmativas” (BRASIL. Portaria MEC nº 796 de 27 de julho de 2010). Dessa forma, fica previsto para a realização das atividades do PET que tem como alicerce a indissociabilidade do ensino, pesquisa extensão, a inclusão de ações que promovam a superação das desigualdades raciais e étnicas.

Uma vez que o Programa tem potencial para aperfeiçoar e ampliar a formação acadêmica e social do discente de graduação integrante do PET e promover a melhoria dos cursos de graduação, as ações realizadas no âmbito do PET têm o compromisso de desenvolver a natureza coletiva e interdisciplinar da aprendizagem tutorial, bem como a abordagem crítica e aprofundamento de temas relativos à formação profissional do discente e, porventura, sanar lacunas teóricas da formação acadêmica, profissional e social.

Visto isso, o PET de Serviço Social da Universidade de Brasília ao longo dos seus 21 anos de existência neste Departamento, promoveu diversas ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão, a partir de um eixo-temático definido pelo grupo em diferentes períodos. A fim de apreender a inserção da temática étnico-racial no contexto do PET/SER, utilizou - se da leitura e análise dos Planejamentos e Relatórios das atividades de cada ano no período compreendido entre 2º semestre

de 1996 até o ano de 2017. Quando não havia Planejamento nem Relatório de determinado ano foram consultadas as Atas das reuniões semanais. Os documentos analisados foram encontrados na sala de reuniões do PET/SER na UnB, impressos e/ou digitalizados no computador do PET/SER.

O Planejamento Anual é um documento que contém o plano de atividades do grupo PET a serem executadas anualmente. Além da descrição das atividades a serem desenvolvidas pelo grupo PET naquele ano, o documento contém os objetivos, metodologia e os resultados esperados com a realização da atividade. O Relatório de Atividades, por sua vez consiste em um balanço das atividades que foram ou não desenvolvidas no decorrer do ano e a justificativa para a realização ou não das mesmas. Pode-se perceber através do relatório, os impactos da efetivação da atividade para o grupo PET, comunidade acadêmica e para os demais grupos ao qual a atividade se destina.

Dessa forma, o Planejamento Anual e o Relatório de Atividades são evidências importantes para o acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos grupos PET, sendo de responsabilidade do CLAA - Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação - o recebimento e avaliação destes documentos (BRASIL. Portaria MEC nº 796 de 27 de julho de 2010). Os Livros Ata existentes na sala do PET/SER descrevem as reuniões ocorridas desde o segundo semestre de 1996. Eles foram escritos durante esses 21 anos pelos diversos discentes que integraram o Programa e, em vista das distintas caligrafias, alguns trechos são de difícil compreensão. Entretanto, o detalhamento e a individualidade de seu conteúdo o torna crucial para o entendimento do contexto no qual se desenvolveu o Programa.

### **3.1 Metodologia da coleta de dados.**

Diante desse panorama, a pesquisa sobre a inserção da temática étnico-racial se deu pelos seguintes passos:

#### **3.1.1 Identificação da presença da temática étnico-racial nos Planejamentos Anuais, Relatórios de Atividades e Atas de Reunião.**

Na pesquisa, foram encontrados Planejamentos anuais referentes à 12 (doze), dos vinte e um anos, a saber: 1998, 2001, 2002, 2004, 2006, 2007, 2009, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. Destes, somente os Planejamentos de 2013 à 2017 eram digitalizados. Já o contingente dos Relatórios de Atividades resultou em 9

(nove), relativos aos anos de 1997, 1999, 2000 e de 2012 a 2017. Entre estes, somente os Relatórios de 2013 à 2017 eram do formato digital. As Atas das reuniões analisadas referiam-se aos anos de 1996, 2002, 2003, 2005, 2008, 2010 e 2011. Recorreu-se à leitura delas quando não havia existência de Relatório ou Planejamento ou quando um destes dois documentos forneciam informações consideradas rasas e insuficientes.

Para otimizar a busca da temática étnico-racial nos documentos digitalizados, foi utilizado o atalho “Ctrl+ F” que permite encontrar palavras em um documento ou página da internet. Feito isso, foram utilizadas palavras ou radicais de palavras que geralmente se referem à esta temática, tais como o radical “afr” para localizar derivados como “África”, “africano/a” e “afrodescendente”; “escrav” que permite identificar no texto palavras derivadas como “escravo”, “escravidão”, “escravatura”, etc; a palavra “étnico”; o radical “negr” para encontrar palavras como “negro”, “negra”, “negritude”; as palavras “preto” e “preta”; as palavras “raça”, “racial” e “racismo”.

Os sete Planejamentos impressos, referentes aos anos de 1998, 2000, 2001, 2004, 2006, 2007 e 2009 e os Relatórios de 1997, 1999, 2000 e 2012 foram analisados com base em uma leitura atenta e detalhada. Para os demais anos, foram analisadas as Atas das Reuniões pelas quais pode-se identificar, além da presença ou não da temática étnico-racial nas atividades, os eixos-temáticos de alguns dos anos.

É certo que a análise de tais documentos não se restringiu ao mapeamento da temática que é objeto de estudo deste trabalho. Ademais, procurou-se explorar o conteúdo dos documentos, a fim de identificar o cenário no qual as atividades foram propostas e desenvolvidas, assim como o conteúdo de outras ações desenvolvidas no período e a natureza delas.

### **3.1.2 Caracterização da natureza e do tipo de atividade.**

Como exposto anteriormente, as ações realizadas pelos Programas de Educação Tutorial dos cursos de graduação devem prezar pela indissociabilidade do tripé da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a partir do estudo dos documentos citados acima, foi averiguado a natureza das ações nas quais a temática étnico-racial esteve inserida e em qual atividade a temática se materializou, ou seja, a presença desta temática foi mapeada de acordo com a atividade que o

PET/SER participou ou desenvolveu (ex: oficinas, seminários, projetos de pesquisa, atividades direcionadas à comunidade externa à Universidade, etc) e em seguida, incorporadas à natureza a que se relaciona (ensino, pesquisa ou extensão). Essas caracterizações foram identificadas pelo ano nas quais ocorreram.

### **3.1.3 Correlação com o eixo-temático.**

Desde a implementação do Programa de Educação Tutorial no Departamento de Serviço Social, as atividades, pesquisas e projetos são norteados por um eixo-temático, elegido pelo grupo e a partir do qual o grupo se debruça até a escolha de um novo eixo-temático. Com o estudo dos Planejamentos Anuais, Relatórios e Atas de Reunião foi possível identificar as temáticas norteadoras de alguns anos e a relação delas com o conteúdo de raça e etnia. Diante disso, o intuito desta etapa da pesquisa foi o de identificar, entre as temáticas vistas, a introdução da questão étnico-racial nos 21 anos de existência do PET de Serviço Social e se ela esteve pautada como eixo central ou transversal às ações realizadas.

## **3.2 Ensino, pesquisa e extensão – os pilares do Programa de Educação Tutorial.**

Para entender os efeitos das ações desenvolvidas pelo Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Brasília, na formação do discente de graduação bolsista e não-bolsista do Programa, para o curso de graduação e para as comunidades interna e externas à IES, faz-se necessário especificar o significado de Ensino, Pesquisa e Extensão, pilares de sustentação do Programa e também da Universidade brasileira.

### **3.2.1 Ensino:**

Ensino nos Programas de Educação Tutorial do país e mais precisamente no PET/SER se realiza pela transmissão do conhecimento que é apropriado pelo estudante nos cursos de graduação ou no próprio âmbito do Programa. A prática do ensino nesse contexto não se refere somente ao tradicional exercício de aprendizagem memorística, pois o discente vinculado ao PET, através das benesses do ensino tutorial, trabalha para que o conhecimento apreendido e produzido esteja disponível e acessível à comunidade acadêmica e à sociedade.

### **3.2.2 Pesquisa:**

A pesquisa no ambiente universitário está a serviço do progresso da ciência e o PET como programa que visa o aprimoramento da graduação e das IES, no geral, não foge desde intuito. O PET de Serviço Social utiliza a pesquisa – ação como instrumento que se destina para a transformação da realidade social. Ela vai para além da produção e sistematização do conhecimento e influi na produção de novos conhecimentos que podem ser extracurriculares, ou seja, podem ultrapassar as produções referentes às matérias básicas do curso de graduação.

A pesquisa – ação na área de Serviço Social, pelo próprio caráter social que a envolve elabora projetos de pesquisa mais interativos com parcelas da sociedade. Deve ser percebido “não apenas como princípio científico, mas educativo, um instrumento de diálogo com a realidade e uma atitude investigativa a ser desenvolvida nos indivíduos (BRASILEIRAS, 2006, p. 67).

### **3.2.3 Extensão:**

As atividades de extensão no PET/SER dedicam-se à promoção dos direitos sociais e difusão nos segmentos sociais dos conhecimentos adquiridos pelo discentes de Serviço Social vinculados ao Programa, com o intuito de romper com a concepção de uma formação profissional fomentada apenas no âmbito universitário. Fortalece assim o caráter cívico e político dos discentes.

No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (idem: p.21).

Dessa forma, ela pode ser compreendida como um “processo educativo, cultural e científico” (idem:66) que busca conhecer a realidade na qual se está intervindo e é justamente através do contato com a realidade social que a extensão universitária transcende a “prestação de serviços” (idem:67) ao potencializar o ensino-aprendizagem em conjunto com o setor populacional para o qual se direciona

o desenvolvimento do trabalho.

### 3.3 Análise dos resultados.

O Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UnB realizou centenas de ações no decorrer do período de 1996 à 2017. Somente em 1997 o PET/SER realizou e participou de 50 atividades, além das reuniões administrativas do grupo que ocorriam semanalmente. Nesta época, a sigla PET ainda significava Programa de Treinamento Especial e era coordenado pela CAPES, de forma que sua estrutura e objetivos correspondia ao aprimoramento da formação dos discentes de graduação com a finalidade de capacitá-los para o ingresso na pós - graduação. Logo, ao transferir-se para a SESu - MEC, o Programa adquiriu nova roupagem e isso refletiu na caracterização e desenvolvimento das ações realizadas pelo grupo.

No entanto, a concepção contributiva do Programa para a melhoria dos cursos de graduação sempre esteve presente, tanto no âmbito da CAPES quanto no da SESu - MEC, caracterizada pelo desenvolvimento no Programa de temas pertinentes ao curso de graduação ao qual o grupo PET é vinculado, apesar de não obrigatoriamente se restringir à eles. Portanto, a contribuição do PET para os cursos de graduação consiste no aprofundamento de temáticas que o grupo considera relevante de ser trabalhado em ações no ambiente universitário e com a sociedade.

Assim posto, a relação dos eixos - temáticos trabalhados no PET/SER estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 1 - Eixos - temáticos das ações do PET/SER de 1997-2017.

Eixos - temáticos	Anos
A relação teórico-prática no campo de Serviço Social e da Política Social.	1997 a 2001
Mobilização social e meio-ambiente.	2004 2005

Adolescência.	2007
Trabalho Infantil.	2009 2010
Deficiência.	2011 a 2013
Deficiência para a Infância, Adolescência e Juventude.	2014
Infância, Adolescência e Juventude.	2015 a 2017

Fonte: Elaboração própria.

Os temas norteadores das ações do PET/SER nos anos de 1996, 2002, 2003, 2006 e 2008 não foram identificados, visto que a pesquisa sobre a maioria deste anos foi pela consulta das Atas das Reuniões que não possuem uma estrutura organizacional definida e, portanto, ficam a critério de quem as escreveu. Dos anos citados, somente o Planejamento Anual de 2006 foi encontrado.

Apesar de não haver identificação de Planejamentos, Relatórios ou eixo-temático para alguns anos, foi observado pela leitura das Atas a presença da temática étnico-racial no planejamento de algumas atividades, a saber:

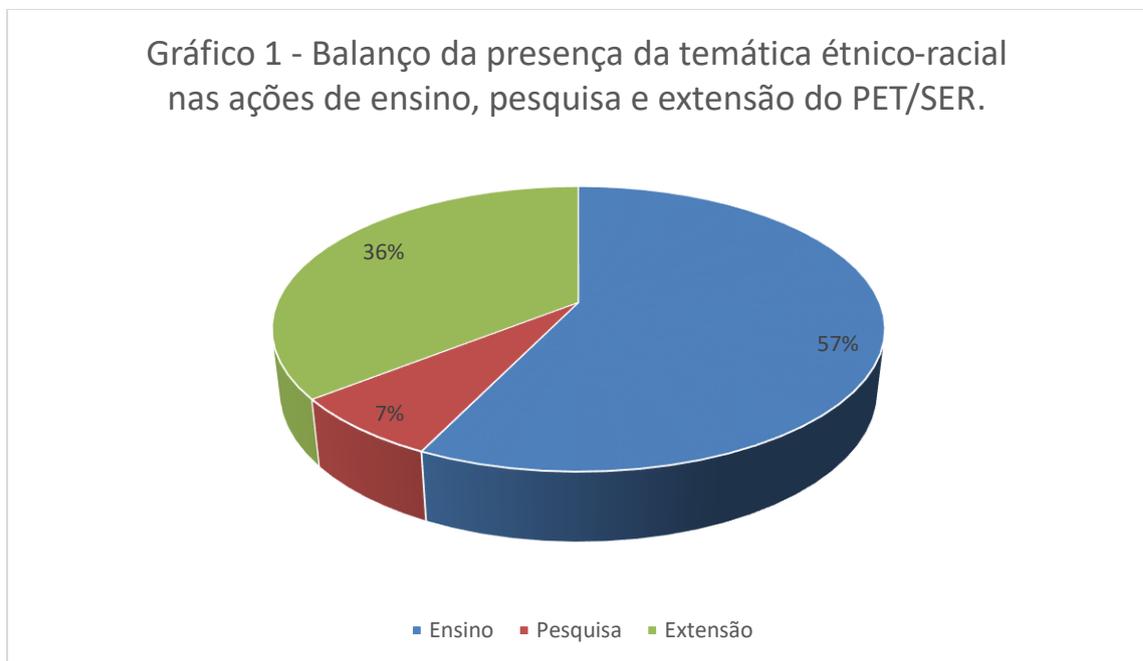
- 2002: O grupo PET/SER demonstrou interesse na participação da palestra sobre “A Conferência de Durban contra o Racismo”;
- 2005: Prevista a participação no seminário “Pobreza e Raça no Milênio” - ENAPE; Divulgação em uma das reuniões do “II Seminário de Capacitação: o serviço social e a questão étnico-racial e de gênero”, promovido pelo CRESS - DF; Participação prevista ao seminário “A justiça e a promoção da igualdade racial”; Doação ao PET de um CD com a gravação do seminário da II Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo.

Todavia, pela leitura das Atas não se pode ter certeza da participação do grupo nas atividades citadas acima.

A presença da temática étnico-racial constou em Relatório como atividade

desenvolvida pelo grupo PET nos anos de 1999, 2000, 2013, 2016 e 2017, totalizando 14 (quatorze) ações: 8 (oito) ações voltadas para o ensino; 5 (cinco) ações de extensão e; 1 (uma) pesquisa incluindo o tema. Portanto dos 21 anos nos quais o PET de Serviço Social desenvolve ações e participa de atividades, somente em cinco destes a temática étnico-racial aparece. Em relação à natureza destas atividades (ensino, pesquisa e extensão), identificaremos no gráfico a seguir a proporção de inserção da referida temática.

Gráfico 1 – Balanço da presença da temática étnico-racial nas ações ensino, pesquisa e extensão do PET/SER.



Fonte: Elaboração própria.

A fim de detalhar as atividades ou ações relacionadas aos temas de raça e/ou etnia das quais o PET de Serviço Social participou ou desenvolveu, será pontuada e descrita cada atividade ou ação de acordo com o ano que se desenvolveu seguido do relatório de referência.

- 1999:

1. **Participação no seminário "Projeto Quilombos - As experiências dos estudantes da UnB na comunidade Kalunga"** - No relatório feito pela petiana que compareceu ao seminário, há descrições somente do objetivo deste projeto que, de acordo com ela, seria o de promover

cidadania e solidariedade, além da presença de dados quantitativos acerca das comunidades quilombolas, dados da área de formação dos alunos que compunham o grupo que realizou o projeto e das oficinas trabalhadas na comunidade, a saber: oficinas de educação ambiental, saúde, sexualidade, cidadania, entre outras.

2. **Participação na Conferência "Saberes globais e transdisciplinaridade"** - Três bolsistas participaram do evento que contou com a fala do Deputado indígena Marcos Terena sobre a filosofia indígena e o desenvolvimento do branco pela via do extermínio dos povos indígenas, assim como pela usurpação de seus conhecimentos que favoreceram seu esquecimento.
3. **Exibição do filme "AMISTAD"** - O grupo PET/SER assistiu ao referido filme, cujo enredo é baseado na história real de negros africanos que em 1839 se apoderam do navio La Amistad no qual viajavam como prisioneiros para fins de exploração de sua força de trabalho. Porém, ao tentar voltar para África, acabam atracando nos EUA. No relatório sobre o filme, as petianas apontam algumas questões que são evidenciadas no longa como a questão da colonização americana, as diferenças culturais e econômicas entre o sul e o norte dos EUA. Ressaltam ainda que são questões muito presentes para o Serviço Social, visto a imposição cultural (EUA/África), a diferença de valores, o imperialismo, a liberdade, a igualdade de direitos, o preconceito, a dignidade humana e o conceito capitalista de propriedade.
4. **Participação na exposição da BCE "Negros nos 500 anos de Brasil"** - Exposição de selos brasileiros, portugueses e de toda América com temas como: escravatura, abolição, trabalho escravo, sucesso de pessoas negras na música, ciência, tecnologia e arte. Ainda apresentava a composição demográfica e sociocultural de quilombos.

- 2000:

1. **Exibição do filme “A outra estória Americana”** - O filme assistido pelo grupo PET retrata um grupo de "skin-heads" que promove terror na população negra e após um dos integrantes matar uma pessoa negra, vai preso e aprende a conviver com as “diferenças raciais”.

- 2013:

1. **Pesquisa-ação sobre abrigos para crianças e adolescentes no DF** - Pesquisa-ação sobre Abrigos para crianças e adolescentes no Distrito Federal com ênfase na questão da Deficiência. A pesquisa visou, entre outras coisas, construir o perfil dos abrigados com ênfase em questões como: deficiência, sexo, raça, tempo de abrigamento, relações com a família, número de crianças disponíveis para adoção.

Obs.: A pesquisa não foi realizada por ausência de recursos financeiros que inviabilizou a aquisição de material e transporte para as visitas do grupo PET às Instituições. Essa foi parcialmente desenvolvida nos anos subsequentes até 2017 quando a coleta de dados foi finalizada e a atividade concluída.

- 2016: O PET/SER delimitou algumas temáticas a serem trabalhadas no decorrer deste ano transversalizada ao tema central e a temática “raça” foi uma das escolhidas.

1. **PET/SER Seminário** – apresentados por petianos sobre o tema “raça”, baseados nos textos da atividade “PET/SER Leitura” e “PET/SER Legis”.

Relativos à apresentação de temas ligados ao eixo-temático do grupo PET, e a outros temas de interesse como os relacionados ao contexto nacional ou outros que se apresentem relevante para a construção e expansão do conhecimento do grupo.

2. **PET/SER Leitura** – leitura e discussão dos seguintes textos relacionados à temática étnico-racial: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição de Mario Theodoro; A violência contra os povos indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário; Direitos humanos de jovens indígenas: Sentido

de vida e suicídio em jovens Guarani-Kaiowá de Ednaldo Jardel de Andrade Santana; Truculência e intolerância étnica de Gersem Baniwa.

O PET/SER Leitura proporciona o estudo e aprofundamento de temas relevantes para a formação acadêmica, profissional e social do discente integrante do grupo PET de Serviço Social, além de oportunizar a leitura de bibliografias complementares às existentes na graduação.

**3. PET/SER Legis** - leitura e discussão da Lei 12.711/12 (Lei de Cotas). Esta atividade permite uma formação extracurricular aos integrantes do grupo PET/SER.

**4. PEAC – Projeto de Extensão e Ação Contínua** - A atividade consistiu na realização de oficinas de divulgação da Lei de Cotas Raciais e Sociais nas escolas públicas (Lei 12.711) assim como as formas de ingresso e de permanência na Universidade Brasília. Divulgação da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.) e demais possibilidades de ingresso, permanência e diplomação na Universidade de Brasília.

**5. Pesquisa-ação sobre abrigos para crianças e adolescentes no DF** - Pesquisa-ação sobre Abrigos para crianças e adolescentes no Distrito Federal com ênfase na questão da Deficiência. A pesquisa visou, entre outras coisas, construir o perfil dos abrigados com ênfase em questões como: deficiência, sexo, raça, tempo de abrigamento, relações com a família, número de crianças disponíveis para adoção.

- 2017:

**1. PET/SER Leitura** - Discussão sobre a infância, adolescência e juventude no Brasil com o recorte da desigualdade racial, diversidade étnica.

**2. PET/SER Legis** - Leitura e discussão da Lei 12.711/12 (Lei de Cotas).

3. **PET/SER Cine** – Exibição do curta metragem “Poética da Diáspora” sobre a vida e obra da escritora Carolina Maria de Jesus. A atividade que trouxe uma reflexão sobre o processo de esquecimento da escritora, contribuiu para ampliar o conhecimento sobre os impactos do racismo no Brasil.
  
4. **Atividade na Semana Universitária** - O grupo PET montou um *stand* onde apresentou o curso de Serviço Social da UnB, as formas de ingresso e permanência, mercado de trabalho, as leis 12.711/12 e 7.716/89, referentes as Cotas Sociais e Raciais no Ensino Superior Público Brasileiro.
  
5. **Pesquisa-ação sobre abrigos para crianças e adolescentes no DF** - Pesquisa-ação sobre Abrigos para crianças e adolescentes no Distrito Federal com ênfase na questão da Deficiência. A pesquisa visou, entre outras coisas, construir o perfil dos abrigados com ênfase em questões como: deficiência, sexo, raça, tempo de abrigamento, relações com a família, número de crianças disponíveis para adoção.

Dentre as ações realizadas acima, as que se enquadram como atividades de ensino são: os seminários, conferências e exposições participadas e a realização do PET/SER Leitura, *Legis* e Seminário. A exibição de filmes (Cine/PET) no âmbito do PET de Serviço Social se encaixa como atividade de extensão por ser destinada não só ao grupo PET, mas também à comunidade acadêmica. Outras atividades de extensão desenvolvidas com a inserção das temáticas de raça e etnia são: o *stand* na Semana Universitária e o Projeto de Extensão e Ação Contínua – PEAC. Em relação à pesquisa, o PET/SER se limitou a levantar o perfil étnico-racial de crianças e adolescentes em regime de acolhimento em Abrigos do DF, através da Pesquisa-ação.

Estas atividades foram desenvolvidas com o intuito de aprofundar os temas norteadores que guiaram as ações do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UnB. Dessa forma, a natureza das ações que incluíram o eixo étnico-racial e os temas centrais de estudo referentes aos anos nos quais ocorreram essas atividades estão sistematizados na tabela abaixo:

Tabela 2: Natureza das ações que incluíram a temática étnico-racial e os relativos eixos-temáticas desses períodos.

Eixos-temáticos	Ano	Natureza das ações
A relação teórico-prática no campo de Serviço Social e da Política Social.	1999	Ensino e Extensão
A relação teórico-prática no campo de Serviço Social e da Política Social.	2000	Extensão
Deficiência	2013	Pesquisa
Infância, Adolescência e Juventude	2016	Ensino, Pesquisa e Extensão
Infância, Adolescência e Juventude	2017	Ensino, Pesquisa e Extensão

Fonte: Elaboração própria.

Diante dessas informações, a inserção da temática étnico-racial nas ações realizadas pelo PET de Serviço Social reflete o espaço que o próprio curso de graduação concede à ela: o trato da questão racial ainda é marginal do ponto de vista da produção e reprodução de conhecimentos, tanto no âmbito universitário, quanto nas intervenções feitas na sociedade, no caso do PET.

Apesar da crescente inserção de tal eixo de estudos, o seu desenvolvimento nas atividades do PET/SER ainda é considerado insuficiente ao ser introduzido somente em ações pontuais e/ou transversalizados à outros temas centrais, considerados notórios no Serviço Social. A relevância da temática aqui analisada ainda não foi alcançada pelo Programa de Educação Tutorial, visto o histórico dos temas estudados e desenvolvidos pelo grupo PET ao longo de 21 anos, principalmente se contrapô-los à conquistas históricas do movimento negro para a

sociedade em geral e das manifestações delas na própria Universidade de Brasília, como a aprovação das cotas raciais como porta de entrada da comunidade negra e indígena nos processos seletivos para os cursos de graduação da UnB.

O intuito de problematizar a escassez no trato da questão racial nas ações do PET/SER e no próprio curso de Serviço Social, não significa a desconsideração das outras temáticas trabalhadas pelo grupo. Elas também foram e são muito pertinentes para a formação global do discente vinculado ao Programa, visto que a própria escolha delas partiu da demanda e aprovação dos grupos que já compuseram o PET.

Entretanto, a insistência realçada ao longo deste trabalho se refere à perceptibilidade desta questão como essencial para o conhecimento da formação e realidade brasileira e não como a ferida de um passado que se quer esquecer. Portanto, é necessário o aprofundamento da questão racial nas ações desenvolvidas pelo PET/SER – UnB, a fim de que ele realize plenamente o compromisso com a produção de saberes críticos e científicos aliados às demandas sociais e também destinados à elas, pela via do ensino, pesquisa e extensão, assim como proporcionar uma formação global aos discentes vinculados ao Programa e contribuir para a melhoria dos cursos de graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho procuramos verificar a incorporação de “raça” e “etnia” como eixos de estudo do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Brasília. A análise desta inserção perpassou a compreensão das relações de poder entre negros e brancos e as implicações destas relações para a produção e reprodução da existência concreta e simbólica desses dois blocos populacionais na contemporaneidade. A delimitação de análise para o âmbito do PET de Serviço Social da UnB, permitiu inferir com mais precisão, as vicissitudes para a inserção e desenvolvimento da temática étnico-racial ao compará-las, quantitativamente e qualitativamente, a outros temas trabalhados pelo grupo entre os anos de 1996 e 2017.

As relações sociais na sociedade brasileira conservam o legado de opressão ao corpo negro e à sua negritude em contraste com a supremacia do branco nas diversas esferas sociais. Apesar da cientificidade e criticidade no meio acadêmico, constituírem elementos potenciais para a transformação da realidade social, nas universidades ocidentalizadas, os cânones da ciência são eurocentrados e, portanto, perpetuam a inferiorização dos saberes daqueles que historicamente estiveram à margem da sociedade.

Dessa forma, o compromisso com a superação das estruturas de opressão ao povo negro, se materializam no âmbito universitário, pela introdução da questão racial e dos conteúdos à ela relacionados, em sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão e pelo reconhecimento desta como matéria importante para a compreensão e superação das estruturas de opressão endereçadas à população negra. O PET/SER, sendo um Programa circunscrito na graduação em Serviço Social, ao inserir essa matéria em suas ações, contribui para a ruptura com o silenciamento desta temática na formação do discente de graduação e corrobora para compreender “*o racismo como um determinante sócio-histórico*” da realidade brasileira (OLIVEIRA, 2016, p. 75).

Ademais, a inquietude que moveu o estudo desta temática nas ações do PET/SER foi produzida pelo entendimento deste Programa como uma importante ferramenta de aprofundamento e materialização de questões de interesse do Serviço Social. Sendo a questão étnico-racial uma questão considerada relevante no âmbito da graduação e do PET, além de ser amplamente desenvolvida na formação dos

integrantes do grupo pelas vias do ensino e da pesquisa, ela pode ser materializada na extensão. Isso significa que mesmo na graduação, o discente começa desenvolver as habilidades da intervenção social pelo contato a comunidade extra-acadêmica.

A pesquisa realizada neste trabalho demonstrou que o debate étnico-racial no PET de Serviço Social da Universidade de Brasília é periférico comparado à outros temas do curso de graduação. Ele se apresenta numericamente inferior às demais temáticas no decorrer dos vinte e um anos em que o Programa está vinculado ao Departamento de Serviço Social e se desenvolve mais intensamente nos dois últimos anos de análise. Foi perceptível também que o trato do tema estava inclinado para a formação dos discentes ao concentrar-se mais em atividades de ensino em detrimento das atividades de extensão e pesquisa.

Notou-se, pelo desenvolvimento das outras temáticas no grupo, que o primeiro passo do aprofundamento de uma temática é trabalhá-la em atividades de ensino; é necessário, à priori, expor os integrantes do PET ao tema para depois desenvolvê-lo mais profundamente em ações que necessitarão de embasamento teórico. Logo, o tema aqui estudado está na fase embrionária no PET/SER.

Visto isso, a hipótese deste estudo foi confirmada na medida em que o acesso e análise das Atas, Planejamentos anuais e Relatórios de atividades subsidiaram o conhecimento quantitativo e qualitativo acerca do debate étnico-racial no PET/SER. Ficou comprovado que a inserção do debate se deu de forma gradativa, mas ainda é numericamente marginal se confrontado com as outras temáticas existentes. Mesmo assim, percebe-se pela descrição das atividades que incluíram os temas de raça e etnia que elas contribuíram para a formação dos/as petianos/as, visto o aprofundamento das temáticas com as quais o debate étnico-racial esteve vinculado.

A ampliação do estudo e debate dos eixos que permeiam a questão racial são o ponto de partida para a superação das desigualdades raciais que assolam a população negra neste país. Espera-se que este trabalho contribua para o aprofundamento da temática étnico-racial no Serviço Social e nos programas e projetos vinculados à ele, pela via da compreensão desta temática como determinante na constituição e reprodução das relações sociais no Brasil, constituindo, portanto, matéria essencial ao Serviço Social. Anseia-se também dar visibilidade, nas IES e no próprio Departamento de Serviço Social, ao Programa de

Educação Tutorial como instrumento essencial para a garantia de uma formação global aos discentes dos cursos de graduação.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS, **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível no link: [http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf). Acesso em 17/08/2018.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS). **Código de Ética de Secção de São Paulo, 1947**. Secção de São Paulo, 1948. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1947.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf). Acesso em 20/09/2018.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**/ Maria Lúcia Silva Barroco. - 7. ed. - São Paulo, Cortez, 2008.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v.2, n.11, p.89-117, 2013.
- BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 29/08/2018.
- BRASIL. **LEI Nº 11.180, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005**. Institui o Programa de Educação Tutorial - PET. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/legislacao>>. Acesso em: 02/08/2018.
- \_\_\_\_\_. **Portaria nº 343, de 24 de abril de 2013**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/legislacao>>. Acesso em: 02/08/2018.
- \_\_\_\_\_. **Portaria nº 976, de 27 de julho de 2010**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/legislacao>>. Acesso em: 02/08/2018.
- \_\_\_\_\_. **Portaria MEC nº 796 de 27 de julho de 2010**. Disponível em: <[http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria\\_976\\_2010.pdf](http://sigpet.mec.gov.br/docs/Portaria_976_2010.pdf)>. Acesso em: 28/08/2018.
- BRASILEIRAS, 2006. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC, 2006. Disponível em: [https://unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao\\_extensao\\_univeristaria/colecao\\_extensao\\_universitaria\\_4\\_indissociabilidade.pdf](https://unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf). Acesso em: 28/08/2018.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social Do Racismo – Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crítica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. 1975. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_1975.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf)>. Acesso em: 17/08/2018.
- COSTA, Joaze Bernardino-; GROSFOGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 N.º 1. jan/abr, 2016.
- FALEIROS, Vicente de Paula. O que Serviço Social quer dizer. **Serviço Social e Sociedade**. n. 108, p. 748-761, out/dez, 2011.
- FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas**. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. **Orí: A saga atlântica pela recuperação das identidades usurpadas**. In: SOUZA, Edileuza Penha de (Org.). *Negritude, Cinema e Educação*. v. 3. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 134-146.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. In: **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 N.º 1. Janeiro/Abril, 2016.
- História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**/Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. 26. ed. São Paulo, Cortez [Lima, Peru]: CELATS, 2009.
- JESUS, Leandro Santos Bulhões de; SAMPAIO, Leonardo Grokoski. A história, a pós-colônia e os “novos” sujeitos na produção dos conhecimentos: reflexões com Achille Mbembe. In: **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** – Volume II, N.11, p. 109-125, ago/dez, 2017.
- MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas** – São Paulo. Editora Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica a Economia Política**. Livro I, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2013.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008.

\_\_\_\_\_. (2003), **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

\_\_\_\_\_. (2017), Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Volume 32, N.94, p. 1-18, jun., 2017.

Ministério da Educação - MEC. **Programa de Educação Tutorial - PET: manual de orientações básicas**. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/manual-de-orientacoes>>. Acesso em: 02/08/2018.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

\_\_\_\_\_. (1987), **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** / José Paulo Netto. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**/José Paulo Netto - 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Camila Kelen de. Breve introdução ao giro decolonial: poder, saber e ser. In: I JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACIG, 11, 2016, Minas Gerais. **Anais eletrônicos**. Minas Gerais: Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhaçu, 2016. Disponível em:

[www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/viewFile/.../38](http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/viewFile/.../38) . Acesso em 02 de mai.2018.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de, CHAVES, H. L. A.. 80 anos de Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social e Sociedade**. n. 128, p. 143-163, jan./abr. 2017.

PEREIRA, P. A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, n. 7, 2003.

RAMOS, Débora Oliveira. **A branquitude como uma estrutura e a questão social negra no Brasil: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPESS e CBAS**. Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: <http://bdm.unb.br/>. Acesso em: 30/07/2018.

SILVA, A. B.; SILVA, D. T.; JUNIOR, L. C. de Souza. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: **4º SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. 80 anos de serviço social: tendências e desafios.** 2016. Minas Gerais. p 1-14.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. **Las Casas, Alonso de Sandoval e a defesa da escravidão negra.** In: TOPOI - Volume 7, N.12, p. 25-59, jan. - jun., 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos.** Serena Veloso. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>. Acesso em: 29/08/2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB. Programa de Educação Tutorial. Disponível em:

<[http://www.ser.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15&Itemid=33](http://www.ser.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=33)>. Acesso em: 22/08/2018.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Introdução. In: WALSH, Catherine, SCHIWY, Freya, CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Indisciplinar las ciencias sociales. Geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: perspectivas desde lo andino.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Abya-Yala, 2002, p.7-16.